

Aos (18) dezoito dias do mês de abril de 2024, reuniram-se no Colégio Bom Jesus, para a 3ª Reunião Ordinária, os membros do Conselho Municipal de Educação: Adriano Martins Xavier, Ana Lucia Rodrigues, Anderson Dias do Rosario, Angela Pereira Branco, Bárbara Princival Cordeiro, Camilla Paola Schwerz, Carmem Lúcia de O. Rocha, Carolline P. de Araújo Maia, Carla Cristina Agulham, Clície Maria C. Negoseki, Daniela Medeiros de Oliveira, Delma Regiane Cordeiro Furman, Dheborá Cristina da Silva, Domingas de Fátima C. Amaral, Evelyn Caroline Betim Araújo, Fabiano Setim, Fátima Batistão Machado, Juliana Grebe Rosa Ferraz, Julio Cesar Vieira, Leila Gonçalves de Carvalho, Luiz Carlos Costa da Silva, Marcos Aurelio Precoma, Maria Helena Guedes Tetu, Maria Madalena de C. Hitner, Marillette Kuhnen, Marilza Aparecida P. Teixeira, Marinês Gabriela C. Jarek, Maristela do Rocio Dittert, Rodrigo Cristiano de Oliveira e Rosiani Silva Franchetto, Stela Regina W. Wontroba, Valdeliria Cristina Afonso. Tendo como pauta: 1- Abertura de Sessão Plenária; 1.1 - Verificação do quórum, faltas justificadas e injustificadas; 1.2 – Plano Anual de Trabalho 2024 – CME/SJP 2 – Alteração de Calendário: 2.1 – Escola Rural Municipal São Francisco de Assis; 2.2 – Escola Municipal Madre Paulina – Educação Infantil e Ensino Fundamental na Modalidade Educação Especial; 3– Parecer SEMED: 3.1- Prova São José dos Pinhais; 4– Parecer Crianças da Educação Infantil: 4.1 – M.I.B.C. - Escola Municipal Francisco Xavier da Silva; 4.2 – M.C.C. – Legacy Escola de Educação Infantil; 4.3 – J.H.F. dos S. - Estrela Guia - Educação Infantil e Ensino Fundamental I; 5 – Resposta Ministério Público; 6 – Publicações Diário Oficial; 7 – Correspondências recebidas.

Dá se início a 3ª Reunião Ordinária do Pleno com a Presidente Ana Lucia Rodrigues dizendo: “Estou com quase 30 participantes e ainda tem gente chegando, estamos com 17 representações, são 20, então já podemos começar, porque para o quórum precisamos de 11, que seria a metade mais um, vou iniciar dando boas-vindas aos novos conselheiros, nós tivemos algumas trocas de titular para suplente e quem era suplente também passou para titular, tivemos algumas alterações, só ficou a suplência do conselho de alimentação porque como não saiu a nomeação de mais uma pessoa para poderem fazer a eleição e aí, fechar aqui o nosso conselho, o restante já estão todos encaminhados. Vou iniciar então, o titular é o Luiz, que é das representações da secretaria, o Anderson passou a ser seu suplente o Anderson todo mundo conhece mas, se você quiser falar, Anderson, esteja à vontade.” Anderson diz: “Eu acho que só para o pessoal entender a situação específica, em conversa com o secretário ele achava necessário uma titularidade de educação infantil então eu disponibilizei, vamos dizer assim, a minha situação de titular, mas que eu não gostaria de estar saindo naquele momento do conselho, porque gostaria de estar participando do processo em si, daí foi um acordo que a gente fez para que eu pudesse continuar.” A Presidente Agrade e diz: “A Ângela, que era suplente, agora é titular, a suplência da Ângela é o Júlio, do transporte, por favor, Júlio.” O Conselheiro diz: “Bom, sou o Júlio, do transporte escolar, estou na Prefeitura, há dois anos e meio já fazendo parte.” A Presidente diz: “Muito obrigada, Júlio. Maria Helena, então, ela várias vezes foi convidada e agora ela tem a nomeação.” A Conselheira diz: “Sou Maria Helena, sou chefe da divisão de alimentação escolar, sou nutricionista e venho aqui representar a alimentação escolar.” A Presidente Ana Lucia diz: “A Maria Helena está como suplente. A Carla, então, vem como titular.” Conselheira Carla diz: “Boa tarde a todos, meu nome é Carla, Carla Agulham, eu trabalho na educação há 33 anos, sempre me coloco à disposição de aprender cada vez mais sobre essa área que eu tanto amo, que é a educação infantil, passamos por bons momentos, é claro, de ressignificações e me coloco inteiramente à disposição a diálogos, debates, contribuições, o que estiver ao meu alcance e nós estaremos juntos, obrigada.” A Presidente diz: “Obrigada, Carla.

Delma, que é a suplente.” Delma diz: “Boa tarde a todos, meu nome é Delma, sou professora da educação infantil e estou representando a divisão de estrutura e funcionamento da SEMED.” A Presidente coloca: “Agora das representações das instituições municipais de educação básica, a Daniela, representante de diretores da educação infantil, Daniela, veio suplente.” A Conselheira diz: “Olá, eu sou Daniela, estou como suplente da minha amiga Marilza, como representante dos diretores, em outro momento já participei do conselho, gostava muito das discussões, participar, e estou mais feliz agora porque estou representando as diretoras.” A Presidente diz: “Obrigada, Daniela. Do SINSEP, a suplência é a Lorena, mas ela não veio, ou não chegou ainda, não confirmou, mas não justificou também. Do SINEPE, a Leila, então, que era representante de pais, suplente, passou para o SINEPE como titular.” Leila diz: “Sou a Leila, veio um pedido do SINEPE, por conta das atividades da Stela que aumentaram, então a gente fez uma troca, eu passei para titular e a Stela suplente e não estou mais, representando os pais, sim, o SINEPE.” A Presidente diz: “A Stela passou para suplente. A Estela é a nossa anfitriã.” Stela diz: “Boa tarde, pessoal, por alguns anos eu estive no conselho na condição de... Já passei por suplente, titular, enfim, só que ano passado especialmente por conta da obra aqui, a demanda foi muito grande na escola para mim e eu consegui conciliar com as atividades do conselho, mas isso, para mim, exigiu bastante, e a gente tem, assim, por ser Professora, a gente tem sempre um cuidado de tentar fazer o melhor, fazer bem feito, mas a gente paga um preço caro por isso então, eu conversei com a Ana no final do ano que eu até queria sair do conselho, mas como eu gosto também do conselho, a Ana propôs, então, quem sabe que se, até porque o seu Henrique, na época, estava manifestando o interesse de sair da suplência, então conversamos com a Leila e ela passou a ser titular e eu passei, para suplente porque daí eu participo, assim, o meu compromisso de participar, eu sei que não precisa ser tão frequente que a Leila segura as pontas ali, mas também estou à disposição.” A Presidente diz: “Obrigada, Stela. Da APAE, a Valdelíria.” A Conselheira Valdelíria diz: “Olá, eu já estive em outro momento aqui no Conselho e agora retornei pela APAE, mas há uma caminhada de 36 anos na educação, não tem como não ficar de fora, estou bem feliz em retornar, acompanho o trabalho do Conselho nas redes sociais, a Ana por aí, e a gente sabe o valor que tem o Conselho aqui pra São José dos Pinhais, para o Paraná.” A Presidente diz: “Obrigada, ela vem como titular no lugar da Isabel, a Sônia, que é a suplente, preferiu permanecer como suplente, então a Valdelíria retornou ao conselho conosco. Na representação de pais, a suplência do Fábio é a Evelyn, que veio para a suplência no lugar da Leila.” A Conselheira Evelyn diz: “Olá, boa tarde a todas, sou a Evelyn, eu não sou da área de educação, mas eu trabalho com educação já tem mais de 10 anos, trabalho hoje no grupo positivo, vim a convite da Leila, sou mãe de uma aluna da escola da Leila, para representar os pais.” A Presidente diz: “Muito obrigada, Evelyn. Aí a Bárbara passou para a titularidade do CAE, era o Rodrigo, o Rodrigo saiu, então a Bárbara, como era suplente passou para ser a titular, quer falar, Bárbara? Ok. No conselho tutelar, a Fátima passou para titular também, ela era suplente e passou para titular.” A Conselheira Fátima diz: “Eu sou a Fátima, sou Conselheira Tutelar, era suplente, o Robson se afastou e agora estou como titular.” A presidente diz: “Obrigada. A suplente é a Izala, mas não está aqui hoje presente, a representação do Poder Legislativo, o titular é o Cláudio Primo, e o suplente é então o Marcos Aurélio.” O Conselheiro Marcos diz: “Olá, boa tarde a todos sou o Marcos Precoma. Eu sou representante pela Câmara Municipal, dentro da Câmara, a gente já participa pela Comissão de Educação, discutindo os projetos, as melhorias, e espero contribuir aqui também.” A Presidente Ana Lucia diz: “Assessor do vereador Sinésio, o Cláudio é da Fátima, ok, então sejam bem-vindos os novos conselheiros, aqueles que estão retornando também, muito obrigada então,

daremos então a nossa abertura da sessão plenária, somente duas pessoas justificaram as suas ausências, que foi a Sônia da APAE e o Cláudio Primo, o quórum nós já temos, e algumas faltas não justificadas, nós fizemos a troca da reunião, porque lá no começo do mês não tínhamos assuntos que pudesse reunir todos os conselheiros, e aí depois que fizemos a troca choveu assunto para que pudéssemos discutir, estamos na terceira reunião ordinária e nós precisamos fechar o Plano Anual de Trabalho de 2024, já colocamos os temas dos quais o ano passado a gente conseguiu vencer e os que não conseguimos e para ver se a gente vai acrescentar mais algum.” O Plano de trabalho do CME -2024 é apresentado em tela.” A Presidente diz: “Então, Plano Anual de Trabalho do Conselho, é a primeira organização do trabalho para o ano de 2024, que é isso que nós precisamos e temos que colocar, o segundo, a Lei de Sistema, eu mantenho aqui porque nós temos que aguardar a aprovação do Sistema Nacional de Educação, que ainda não saiu e deve sair ainda nesse primeiro semestre, ele está em andamento no Senado, o relator é o senador Flávio Arns, mas ainda estão com várias discussões, entre elas a questão do próprio sistema de ensino, que tem um grupo que quer que seja obrigatório para todos os municípios brasileiros e outros que colocam que não, aí nós temos a deliberação do ensino fundamental, nós temos do infantil que precisa ser reestruturado, nós temos da Educação Especial, mas não temos no Ensino Fundamental, então, esse ano vai sair, tem que sair, Classificação, reclassificação, a questão dos alunos estrangeiros e aí provavelmente a gente tenha que dividir, porque chegou no ano passado e nós precisamos caminhar com a deliberação na questão de recebimento dos imigrantes, foi encaminhado para a Câmara de Normas para o pessoal olhar, mas nós precisamos dar orientações às unidades, porque tem sido constante o recebimento, quem é de escola sabe, matrículas de estrangeiros, isso tem sido muito grande, as matrículas, como que você recebe aluno que vem de outro país e não tem histórico? E daí tem a idade, temos problemas aí também com a idade, precisamos deliberar por normas para esses estudantes que estão chegando, crianças e estudantes, a reclassificação dos alunos da educação especial, esse tema já estava lá, então, eu mantive, se você acha que não, a gente retira.” A Conselheira Clície diz: “A gente fez, não é reclassificação, seria o processo de aceleração, mas isso a gente já fez.” A president Ana Lucia diz: “Já tem pronto, né? Então, pode passar um risco aí. A Conferência Municipal de Educação, pela alteração do plano do ano que vem, nós temos que ter um novo plano e já está fechando, mas nós precisamos fazer a conferência, a gente Já dialogou com o secretário, agora está esperando que o fórum faça, né Madalena? Faça o seu chamamento dos membros do fórum para iniciar os trabalhos. A reorganização das câmaras, a gente trouxe, a gente vai fazer ali também, para ver os membros novos que entraram, tem gente que saiu, para ver como é que vai ficar essa nova composição. A vistoria das unidades de ensino do sistema de São José dos Pinhais e das unidades públicas, principalmente, que já tem encaminhamento muito melhor que nós tínhamos quando iniciamos, né, Delma? E agora já está se encaminhando para algumas unidades já receber o certificado dos bombeiros, logo, receberemos também da vigilância para regulamentar as nossas unidades. Segurança nas unidades de ensino publico, não temos mais esse problema, sempre depois de algo ruim que acontece, vem algo bom para favorecer, foi o que aconteceu ano passado, todas as nossas unidades públicas nós temos segurança no horário de aula, desde o início da entrada, até a saída dos alunos. Aí sugestões de alterações da lei 940 das eleições dos diretores e diretores auxiliares, essa nós já fizemos o ano passado, entregamos para a secretaria, então essa já está feita. O decreto municipal 920 que é regulamenta o artigo 45 da lei 525 de 2004, a questão não só dos diretores, mas a questão de número de profissionais dentro das unidades, teremos um diálogo com a nossa prefeita em relação à esse decreto e aí entra a nossa deliberação, não é simplesmente como

nós temos, nós temos na educação infantil um número de profissionais para atendimento de crianças, precisamos fazer isso também no ensino fundamental, não é só o professor, nós vamos ter um número de pedagogos, esse não tem e aí a gente vai pelo decreto, eu enquanto pedagoga, e quem é pedagoga das unidades sabe que algumas, por exemplo, claro que a gente entende que tem educação infantil, que precisa, não estamos dizendo que elas estão a mais, mas que em alguns momentos não é justo que uma educação infantil, que é pequena, que tem poucas turmas, tenha a mesma quantidade de uma unidade que tem 700, 800 alunos no ensino fundamental, ainda mais agora com a educação em tempo integral e com a educação integral, que precisa fazer os ajustes necessários. A participação na elaboração da LOA e da LDO. A deliberação da EJA, que já temos essa ok. A reestruturação do conselho, cumprimento da lei 3.055 de 2018, então a gente precisa realmente fazer uma verificação, se tiver que fazer alteração de lei, a gente pode fazer alteração de lei, até porque a prefeita ainda colocou, é bom que apareça quem são as representações dentro da secretaria, porque lá está por livre escolha, em alguns momentos eu acho que é bom, em outros momentos talvez a gente tenha que repensar. Autonomia financeira do conselho, eu fiz pesquisas, estou fazendo pesquisa por causa de conselhos, para ver quantos conselhos ainda tem no Paraná e vi que vários conselhos, até bem pequenininhos, tem a questão do financiamento, tem o Fundo Municipal de Educação, que está lá na nossa lei, ele mexe também com essa questão da autonomia, mas muito mais pensar, que é um tema que acho que temos que colocar aqui, que é o Fundo Municipal de Educação, esse é o importante que temos, porque a maioria dos municípios do Paraná tem, e nós aqui não temos e isso é importante pensar, até porque na lei do conselho ele está dizendo que em dois anos a gente já teria que ter feito isso e a lei é de 2018, então seria 2020 e nós estamos em 2024. E daí para nós começar os estudos e pensar nesse ponto que quem ganha é o município, não é o conselho em si, mas é o próprio município que vai ganhar, então é um dos temas que vai lá embaixo depois, então só anotar aí que depois a gente coloca. A questão das vagas provisórias, a questão do concurso de remoção, até eu troquei, fiz uma fala com o Fábio, do RH, que era preocupação desse pessoal que está trocando aí, está dentro de uma unidade, vai para outra, de repente vai pra outra, se eles participam da remoção, se essa vaga é provisória, né? E ele me falou que sim, que essas vagas são provisórias, porque não é justo o pessoal entrar numa remoção lá no final do ano, e aí depois, quando inicia o ano, tem gente fazendo troca, e indo até para o local que gostaria, ou porque aumentou, ou diminuiu o número de turmas, ou porque tem mais profissionais lá e acaba uma das pessoas trocando, mas de verificar se realmente, como é que fica essa questão e se eles vão para o concurso de remoção, ontem eu recebi uma mensagem, uma não, eu recebi várias mensagens depois da live, várias, e uma delas era a preocupação de gente que estava entrando na unidade de ensino e que já disse que vai se candidatar a Diretor, a preocupação aí, você tem que verificar se a pessoa é vaga provisória, se ela é uma vaga fixa isso teria que ver todo o estudo em relação à própria lei. O acompanhamento e avaliação do referencial curricular municipal de São José dos Pinhais, nós recebemos do fundamental o ano passado, o infantil entregou no início do ano, mas solicitou o retorno, até tem o documento do secretário, que pediu o retorno para fazer algumas adequações, estamos aguardando o da educação especial, que deve estar finalizando aí agora também.” A Conselheira Clície responde: “Sim, até junho a gente conclui.” A Presidente Ana Lucia continua: “Aí, a guarda de documento nas escolas eu até coloquei ali, digitalizar, nós temos que fazer um documento também pela guarda de documentos que nós temos na escola, nós mesmos, enquanto Conselho, a gente foi fazer uma mudança de sala cheia de caixas com atividades pedagógicas não presidenciais, já estamos aí com três, quatro anos e é algo para a gente repensar do

que fazer, ao mesmo tempo, pelo menos uma cópia tem que ficar, porque tem, tramita na Câmara dos Deputados Federais, uma PL, não vou nem falar o partido, mas o PL desconsiderando o tempo de serviço dos profissionais de educação no tempo da pandemia, para ele não poder se aposentar, tem um PL assim, dessa forma, nós, enquanto Conselho, até enquanto UNCME, nós estamos acompanhando, essa é a comprovação, se a gente tem as atividades lá, planejamento, da época, tem assinatura de aluno, esse trabalho foi feito, o professor planejou, o professor deu aula, que seja meet, seja de qualquer forma, nós temos isso guardado para comprovar que ele trabalhou e que não pode ser retirado esse período para a aposentadoria do professor, tem essa PL lá da gestão anterior do Governo Federal. A deliberação do calendário para 2025, que a gente faz no segundo semestre, do Conselho e das unidades. Monitoramento e avaliação do plano, que deve se iniciar imediatamente agora, por causa da conferência também, o Plano Municipal de Educação, que nós temos, ele tem dez metas, essas dez metas agora tem que fazer o levantamento e ver o que o município conseguiu cumprir nesses dez anos de 2015 até 2024, se fizermos esse ano ou até finalizando em 2025 para poder então criar o seu novo plano, digamos assim, de 2025 a 2035, para os próximos 10 anos. A deliberação da educação infantil, então está lá, nós fizemos o ofício encaminhamento solicitando do departamento, então, as sugestões de alteração, acho que a Sara já deve ter colocado, e vamos fazer o encaminhamento para o Ensino Fundamental também, porque a gente não sai do nada para fazer, geralmente quando vem, que envolve a Secretaria, esse encaminhamento vem para nós. O regulamento da prova em larga escala do Fundamental, que a prova São José dos Pinhais, foi encaminhado para o grupo do Ensino Fundamental, mas assim, nós aprovamos em 2022, não com um parecer nem com uma deliberação, mas naquele momento que era necessário devido à pandemia, lá em 2021, 2022, e agora precisa ser regulamentado para que todo ano tenha, nós até encaminhamos para a Câmara, ninguém encaminhou contrário, nós temos o documento, depois a gente vai mostrar a correspondência da Secretaria de Educação, feita pelo Diego, Secretário, e para que a gente possa, porque é algo simples, é só um parecer dizendo se nós aprovamos ou não e quais são as nossas sugestões em relação à prova. A intervenção pedagógica, esse encaminhamento já não é mais, já temos um documento, esse já tem um parecer, então esse também já pode, Neia, passar o traço. A regulamentação do PAS hoje é a educação integral, então também já está, já pode passar o traço também. Os profissionais de apoio à inclusão para os estudantes especiais, tem todo um trabalho já que o Departamento de Educação Especial já tem feito para a contratação, nós vamos manter para ver quais são os encaminhamentos, porque depois entra a questão do que eles podem fazer e o que eles não podem fazer. O profissional de saúde, isso aqui entrou, eu não lembro quem foi a pessoa, o profissional da saúde, enfermeiro para atendimento aos alunos que necessitam de cuidados da saúde, foi uma sugestão que apareceu o ano passado, eu não sei se vamos manter ou não, porque está solicitando um enfermeiro para esses atendimentos das unidades, sabemos o quanto é difícil, mas que em alguns momentos é necessário também.” O Conselheiro Anderson coloca que era uma situação devido uma criança de uma Unidade que necessitava de uma alimentação especial porque era alérgica.” A presidente Ana Lucia diz: “Isso nós temos na questão de alimentação, nós temos o setor lá da merenda que elas fazem todas as orientações necessárias, e aí pensar que hoje o mais urgente para nós é o profissional de apoio, do que a questão dos enfermeiros, a gente pode até manter aí, mas traz tudo para verificar essa questão. Aí o professor, o cargo de 40 horas, o professor de educação infantil.” O Conselheiro Adriano diz: “Só para lembrar que a escola Madre Paulina conta com o enfermeiro para esses atendimentos das crianças lá.” A Conselheira Clície coloca: “Mas a situação que foi trazida ali não foi da Madre

Paulina, são situações de CMEIs e Escolas, das crianças que precisam medir glicemia, fazer a limpeza da tráquea, sonda, alimentação específica, são outras situações que não são da Madre Paulina.” A Presidente Ana Lucia complementa: “Na Madre Paulina o atendimento tem uma modalidade especial de atendimento especial, por isso que compõe. Cargo de 40 horas para o professor da Educação Infantil, quanto é necessário a gente sabe que foi feito o encaminhamento o ano passado, não saiu isso e nem passou pelo conselho, talvez a gente possa solicitar para ver esse encaminhamento que foi feito, para o conselho dar algumas sugestões, e quando sai, por a gente ter um sistema, uma lei de sistema, em relação ao conselho, e geralmente eles perguntam, os vereadores perguntam, passou pelo conselho? Isso, veio? A própria PGM, ela diz, passou pelo conselho? Eles chegam a ligar, você sem saber, passou pelo conselho? A gente tem que dizer, não, não tem, por isso não tem documento, não tem nenhuma ata, então vamos verificar para ver se a gente consegue, porque esse profissional é muito importante, não tem como colocar um profissional para atender os bebês que ele vai ficar só 20 horas, tá lá os meninos da educação infantil ali concordando comigo, porque a criança precisa ter esse acolhimento, ele tem que se adaptar com essa pessoa, né? E pensar aí que quando estudarmos a nossa deliberação, que a gente possa chegar ao que Curitiba tem, que são três por sala, três pessoas por sala, tem um número até maior de crianças na sala, tem um pouco maior do que o nosso, mas tem três profissionais lá dentro.” A Conselheira Dheborá diz: “Quando a gente pensar no cargo de professor de 40 horas, acho que a gente também precisa pensar nas situações das escolas que tem tempo integral, porque hoje a gente conta só com os estagiários na hora do almoço e as diretoras que ficam e daí veio o articulador, acho que é uma questão que a gente precisa rever e talvez as escolas integrais entrem nessa questão do cargo de 40 horas.” A Presidente Ana Lucia coloca: “É uma coisa para primeiro discutir, eu já trabalhei em escola integral, eu não recomendaria o professor de 40 horas, o pedagogo sim, é saúde mental 20 horas, não é a mesma coisa, não é exatamente como nós trabalhamos, mas precisa até para a própria criança, eu digo assim, até mais pela própria criança, para ela ter um outro profissional que vai fazer esse atendimento no outro período com ele, eles vão ter vários profissionais, mas eles não vão ter uma pessoa específica a 40 horas com eles, porque vai ter atividades diferenciadas.” A Conselheira Rosiani Diz: “Eu entendo o que a Dheborá está destacando, não é esse professor no mesmo sentido da educação infantil, de ter o mesmo profissional em sala, mas ter profissionais 40 horas no tempo integral nos auxilia a trabalhar com a escala do profissional para entrar mais cedo, sair mais tarde, para auxiliar no almoço e o almoço realmente ser pedagógico, o horário pedagógico, é nesse sentido.” A Presidente Ana Lucia confirma: “Não no sentido de ficar com as crianças da mesma turma, então entra ali como sugestão também, tá Neia? Para pensar, cargo de 40 horas para o professor de ensino fundamental.” A Conselheira Valdelíria pergunta: “Só pelo mérito da curiosidade, porque eu nunca tinha ouvido falar de ser profissional da educação, articulador é um profissional pedagógico ou é um tutor ou o que seria? Você falou de ser cargo agora?” A Conselheira Rosiane responde: “Na verdade é uma função operacional, é um professor que está na função operacional de articulador ele trabalha na articulação de todo esse tempo integral justamente por termos um professor de manhã, outra tarde e o estudante o dia inteiro, e tem momentos que tem profissionais que não sabem o que aconteceu num período com aquela criança, o que aconteceu no outro, então, esse profissional é responsável por toda essa articulação.” A Conselheira Valdelíria pergunta: “Logística ou coordenação pedagógica?” A Conselheira Rosiani responde: “É logística, coordenação pedagógica compete ao pedagogo.” A Presidente Ana Lucia continua a leitura do Plano de ação: “O cargo de inspetor

escolar que foi colocado aqui, mantemos? Mantemos o cargo de professor de língua estrangeira. A implementação das salas especializadas, a readequação das propostas da escola da Ilza, nós já fizemos. A relaboração da deliberação 3 de 2015.” A Conselheira Clicie coloca: “Nós vamos apresentar no segundo semestre.” A Presidente Ana Lucia responde: “Tá, daí vocês apresentam as adequações necessárias. O livro Registro de Classe da Educação Infantil, que foi uma sugestão aqui que precisava de adequações, tem que ver lá com o departamento, foi uma sugestão que veio pra nós, né, porque os que tem não...” A Conselheira Daniela coloca: “Agora é o sistema Tagnus, né?” O Conselheiro Anderson diz: “A respeito do Tagnus, estou como gestor, nós estamos até agora no processo de renovação de contrato e nos estudos que nós ali da gestão estamos fazendo, sabemos que as unidades de Educação Infantil que não tinham SERE estão no processo, estão conseguindo o SERE agora, entraram com um pedido para uma unidade e foi conseguido, agora eles entraram com um pedido para todas aquelas que não tinham, no meu conhecimento, pelo que falaram, essa situação do registro de chamada, eles vão utilizar novamente, vai voltar para LRCO, vai voltar não, né? Vai dar início igual o fundamental, a questão do Tagnus do sistema, ele somente será utilizado por questões pedagógicas, somente para links, AVA, outras situações de registro, mas que até então, para nós, não foi formalizado.” A Presidente Ana Lucia pergunta: “Contrato, a empresa contratada?” O Conselheiro Anderson confirma: “Empresa contratada.” A Conselheira Carla diz: “Dessa empresa contratada também houve uma procura no departamento, e eles desenvolveram um formulário, pesquisa, para ampliar a escuta e as ampliações necessárias para a realidade da Educação Infantil, estamos no aguardo.” A Presidente Ana Lucia diz: “Então, só para colocar para vocês, foi apresentado um novo sistema, eu fiz parte, fui convidada para participar, para o secretário de Estado, um novo sistema que comporta a educação infantil e aí, se o Estado fizer a adesão os municípios não precisam contratar mais nenhuma empresa, vai seguir exatamente como o Estado que hoje a gente segue o ensino fundamental, mas aí saem estudos, não vai sair correndo agora para 2025, é um estudo todo que está sendo feito e foi bem aceito e eu achei bem bacana esse novo processo que eles estão apresentando para a Secretaria de Estado.” O Conselheiro Anderson diz: “Como foi citado a questão do sistema, ela já está sendo articulado, implantado e tudo que tem aado ali, a gente está fazendo bem movimentado, bem articulado, porque a educação infantil, ela tinha meio a meio, e a educação especial em si, ela não tinha nada, somente a Ilza, que daí ela é, segue o mesmo processo que a educação fundamental, vamos dizer assim, porém, as demais não, então, hoje também ela é implantada nesse sistema para a educação especial, trazendo planilhas, formulários, todo o trabalho deles em cima disso e com isso vem também um livro de registro da educação especial, da Madre Paulina que também não tinha.” A Presidente Ana Lucia continua: “A adequação das propostas da escola Madre Paulina já chegou pra nós também, esse ok, pode deixar aí. Psicólogo Escolar fui eu que fiz esse acréscimo, tá? E eu fiz esse acréscimo porque lei.” A Conselheira Clicie coloca: “Assistente Social também.” A Presidente diz: “Para a escola Assistente Social ainda não?” A Conselheira Clicie diz: “Sim, é a mesma lei, Psicólogo e Assistente Social.” A Presidente Ana Lucia diz: “Isso, então assim, tem a legislação federal já colocando isso para as escolas e aí pode sair a legislação municipal, por exemplo, Curitiba fez para 40 horas, mas vai ter que reduzir porque o psicólogo está baixando para 30, Pinhais e Araucária, 20 horas, eu até pergunto assim, por que vocês colocaram 20 horas? Justamente para fazer aquele atendimento que nós temos lá do Pedagogo, que faz 20 horas, que faz esses atendimentos, porque quando fica 30, eles fizeram uma experiência de PSS com 30, aí tem aquilo assim, eu trabalho 4 horas, as outras 2 horas que eu trabalho não tem o mesmo nível de comprometimento, porque já tem o outro que já

está lá, que vai fazer duas horas de manhã e que a tarde ele vai ficar quatro horas, aí reduz a questão até de salário, mas a pessoa está lá vinte horas, então, o município pode? Pode, é ele que vai dizer se vai ser isso vinte ou se vai ser trinta horas, mas quarenta horas não podem mais, temos aí muitos municípios que já tem, sim, o psicólogo fizeram concurso, a minha filha está fazendo concurso para psicóloga, ela está fazendo em todos os lugares que estão chamando aí para trabalhar, justamente para esse atendimento nas unidades, até coloquei, eu não lembro quem foi que eu conversei, que quando eu estive lá no Mato Grosso do Sul, lá em Campo Grande, existe uma equipe de trabalho que é comandada pela psicóloga, ela até foi Secretária de Educação, é uma psicóloga, então ela tem uma equipe em torno de 20 psicólogos que faz os atendimentos nas unidades, não tem um para cada, Curitiba também não tem um para cada, Pinhais não vai ter agora imediatamente um para cada, assim como o Araucária, eles têm a intenção, por isso que eles colocaram de 20 horas, para que eles possam depois ficar nas unidades maiores, as grandes, eles já vão começar com esse trabalho dentro, já ficando lá fixo dentro desses locais, tá? Mas o que eles vão tentar colocar um, pelo menos, em cada unidade de ensino para fazer esse trabalho, mas é lei, né? Eu até conversei com a Cristiane e depois com o Fábio também, ela não pode usar aquele mesmo concurso que tem de psicólogo que ainda estão chamando aqui, esses não podem, porque tem que fazer um específico por causa do trabalho, tem que sair o estatuto, que tipo de trabalho que eles vão fazer, porque não é o mesmo trabalho de atendimento de psicólogo, por exemplo, que eles fazem no Madre Paulina.” A Conselheira Clície diz: “Pode sim, o ano passado, a gente teve um fórum de discussão em Pinhais sobre a atuação do psicólogo e do assistente social dentro da educação, não é um psicólogo escolar, é um psicólogo institucional e assistente social também, o CRP tem toda a linha de trabalho do psicólogo clínico e do psicólogo institucional, pode ser o mesmo concurso desde que o município desenhe quais são as atribuições, nós não temos em nenhuma faculdade a formação de um psicólogo escolar, ele tem uma função, uma formação generalist, mas as atribuições são determinadas pelo CRP, tanto o CRP, que é o Conselho Regional da Psicologia, quanto o Conselho Regional da Assistência Social, eles já têm leis e normativas que desenharam as atribuições, nos municípios que implantaram, eles implantaram por núcleo e ainda há um problema muito sério das atribuições, ainda, porque muitos deles, mesmo por núcleo, eles fazem um trabalho mais voltado à rede de proteção, dentro do espaço escolar não pode haver atendimento clínico, não é um psicólogo clínico, ele não vai ter um atendimento a cada 50 minutos ou uma vez por semana, ele trabalha como a gente trabalha ali no departamento, que tem a Suzane, que é a psicóloga, que hoje ela faz um trabalho de psicologia institucional, que a gente vai, o trabalho do psicólogo é ir até a unidade ou estar na unidade, olhar todos os aspectos de adaptação, de intervenção, voltada para a psicologia educacional, que é o que a gente tem lá na Madre Paulina também, quando o psicólogo entra no quadro da educação, ele não pode fazer atendimento clínico, nem no CEMAEE, em lugar nenhum, eles têm um outro enfoque, mas o psicólogo do quadro geral pode ser psicólogo, pode atuar na psicologia institucional, não tem nada que impeça, porque quem normatiza, estabelece a linha de atuação é o CRP e a lei federal, que foi construída junto com o CRP.” A Presidente Ana Lucia diz: “Quando eu coloco essa questão, e eu coloquei, é porque tem que ficar atento ao que tem no nosso estatuto, Foz do Iguaçu está com problema, porque eles seguiram dessa forma e hoje eles têm vários processos em cima da Prefeitura de psicólogo, porque não ficou claro quais são as suas atribuições.” A Conselheira Clície diz: “É que agora tem a lei federal, né?” A Presidente Ana Lucia diz: “É, exatamente, logo que saíram, eles já fizeram o concurso, eles já têm os profissionais, só que tem que ficar claro o que é a atribuição, porque senão, algo que entra já dá a questão trabalhista, isso é

muito complicado, por isso que quando a gente fala assim, se ele fez o concurso para essas atribuições, se você colocar uma outra atribuição que não está, isso pode gerar problema, e também tá acabando, o nosso concurso aqui, acho que já era pra ter, porque ele é de 2017, se não me engano.” A Conselheira Clície coloca: “Não, tem psicóloga ainda para chamar, a gente chamou três para a Educação.” A Presidente Ana Lucia diz: “Mas ele, eu digo, é antigo, ele já tem um período também que já era para ter terminado.” A Conselheira Maristela diz: “Só para reforçar aqui, eu sei que a gente vai discutir isso mais para frente, mas a fala da Clície, eu fiz uma fala parecida num encontro que nós temos de rede, onde tinha psicólogos que já atuam nessa casa de proteção ali, nos CRAS, e eles levantaram realmente isso, a questão da atribuição, porque eles não poderiam atuar como clínicos dentro das escolas, porque eu fui com a minha visão de escola, a gente precisa, né, fiz a fala até para a Nina quando ela esteve na nossa unidade e ela, como eu, leiga no assunto, falou, vamos nessa luta, né. Que é ter um psicólogo dentro da unidade atendendo aquelas crianças a cada meia horinha, essa criança tem problema emocional, veio de casa, o pai bateu na mãe, ajuda ela, os pais se separaram, o pai tá querendo pegar a guarda, a mãe também, um fala mal do outro, é violência parental, é tudo, e eu estava com essa utopia, passei para a Nina nossa prefeita, ela ficou com a mesma utopia, a gente falou, vamos lá. Aí, coloquei isso numa discussão breve, com vários psicólogos à minha frente, eles disseram que não, isso que você está falando não pode. Eu falei, não, nós precisamos de psicólogos nas unidades, nossas crianças precisam de atendimentos psicológicos, a família consegue levar, eles disseram não, não, a gente não tem. Como isso faz já há um tempo, um ano? Não sei se foi antes dessa lei federal que vocês citaram, então, eles falaram dessa questão que não pode atuar como um clínico, caso houvesse esse cargo no município, seria nessa questão institucional mesmo, né? Aí eu vejo que a gente tem que ter um cuidado, porque nós vamos ter um cargo ali de psicólogo nas unidades, nessa visão institucional, que ele vai, assim, até já vi alguns psicólogos até no tempo da Madre, ir lá ter essa questão institucional, tal, tal, e a gente está com uma demanda mais de atendimento e daí seria assim, será que não é o caso? Eu vejo a precisão também dessa visão institucional, mas de a gente levantar mais, não é porque eu sou, mas mais pedagogos nas unidades, no caso, unidade que precisa de porte dois, tenha dois pedagogos e os psicólogos, já que tem mais um cunho institucional, ser com núcleo, porque senão, entra ali na questão de contratação, de folha de pagamento, a gente com psicólogo em cada unidade fazendo um trabalho institucional e a gente precisa de pessoas fazendo um atendimento à criança, o pedagogo hoje faz, não pode trabalhar com essa linha da saúde mental, mas a gente faz, assim, daí quando a gente for discutir, só para levantar esse cuidado.” O Conselheiro Luiz coloca: “Eu concordo, porque assim, quando a Ana trouxe a questão do psicólogo lá, eu realmente pensei igual a você, eu vou lá levar vou lá chorar a minhas pitangas para o psicólogo, mas daí outra situação que também é importante focar na discussão é a questão da atribuição, porque realmente por ser um chamamento muito antigo, certamente não contempla essa atribuição que a Ana colocou, agora também acho que seria importante, entendendo também o ponto que a Clície trouxe mais tecnicamente, falando dessa questão institucional, da questão do região do núcleo, porque esse fato que a Ana trouxe, eu acho que é o principal fator, né? Por conta da questão das trabalhistas que vêm, não sei se estava agora nesse edital assim.” O Conselheiro Anderson diz: “Hoje nós temos na rede um número de pedagogos que tem a sua pós, vamos dizer assim, que na psicopedagogia, que poderia ser hoje, não sei, no meu entendimento, só pela questão assim, que também hoje seria o auxílio, mas não especificamente o cargo específico que é necessário, mas que já pode dar um grande passo na situação que foi falada aqui, de ter mais pedagogos e essa formação para estar no auxílio.” A

Presidente Ana Lucia diz: “Só pra colocar para a Maristela, Maristela, quando você coloca, tem atribuições que o pedagogo faz e não deveria também, o trabalho do psicólogo institucional, e a gente vai conversando, ele não vai atender, fazer aquele atendimento clínico com os estudantes, ele não vai fazer, mas ele vai chamar aquela família, vai colocar a situação para fazer o encaminhamento para que ela tenha fora, que dentro do espaço lá não tem e o pedagogo, ele estaria mais voltado para as questões pedagógicas, porque se nós formos olhar, antigamente eu entrei pelo concurso em que eu fiz o meu concurso para orientador educacional e tinha o supervisor pedagógico, o supervisor cuidava só da parte pedagógica e o orientador, todas as questões que envolvem a criança, quando mexeram na legislação e ficou o pedagogo, além de diminuir a quantidade, porque era para ser 4 então, aonde teria 2 era para ser 4, porque a gente acabou acumulando função, pedagogo que era orientador educacional estava exercendo a parte pedagógica? E aí, como é que fica se o meu concurso era dessa forma e agora não é mais? Então, tem atribuições que você coloca, mas que o pedagogo não precisaria fazer se ele tiver lá essa orientação, seja dentro da unidade ou seja em núcleos, claro que vai começar em núcleos, não tem como fazer esse suporte em todas, até porque nenhum município conseguiu fazer isso, isso é aos poucos que a gente vai conseguir, agora a especialização que a gente faz é para melhorar o trabalho, mas não tem como ter um psicopedagogo lá dentro da unidade de ensino, Infelizmente, não tem como ter, né? Por isso que a gente tem os centros aonde vão fazer esse atendimento nas unidades, ok?” A Conselheira Clície complementa: “Só para finalizar, o psicopedagogo, ele trabalha com processos de ensino e aprendizagem, dificuldades, obstáculos de aprendizagem, o psicólogo institucional, ele vai trabalhar com questões emocionais e comportamentais, eu lembro que na faculdade tinha uma professora de psicologia da educação que ela dizia assim para mim, pedagogas, não abram portinhas e janelas que vocês não conseguem fechar, então, a gente tem que ter muito cuidado quando a gente faz a fala e a escuta com a criança, porque a gente pode abrir possibilidades que a gente não tem a expertise para fechar, e ao invés de ajudar, a gente está atrapalhando, então, não dá para misturar.” A Presidente Ana Lucia continua: “A educação integral nós já fizemos também, a educação integral a gente já tem, você quer falar sobre educação integral?” A Conselheira Rosiani coloca: “A gente fez uma deliberação aprovando a educação integral, mas eu só queria pedir para não riscar porque a gente está recebendo ainda bastante demanda do MEC para trabalhar em cima da política pública e ela precisa ser aprovada pelo Conselho, vamos reunir às instâncias necessárias para trabalhar em cima disso e vai trazer ainda essa questão.” A Presidente Ana Lucia continua: “Então como acréscimo ficou o fundo Municipal de Educação e o cargo de professor de Ensino Fundamental 40h, eu vou dizer para vocês que não existe, tá? Eu não encontrei lugar nenhum o Ensino Fundamental com 40 horas, só ouvi agora aqui que a Dheborá falou, mas ele não existe em lugar nenhum, tá? Só para dizer que eu não encontrei nenhuma referência assim que já tivesse esse profissional trabalhando 40 horas no ensino fundamental, a não ser assim, porque a intenção aqui é educação integral, até tem que colocar entre parênteses ali que é na educação integral que foi sugerido isso. Agora, em outros municípios até tem o de 40 horas, por isso quando falam no piso, eles falam no piso 40 horas, mas é lá no Nordeste, que é um trabalho todo diferenciado, que não é igual o nosso, tá? Mais alguma sugestão? Podemos encerrar aqui então? Já temos bastante trabalho. O próximo é a câmara, a recomposição das câmaras, nós temos lá, dentro da Câmara do Ensino Fundamental e Especial, Ana Lúcia, Clície, Dheborá, a Fátima Cardoso, a Fabíola, a Juliana Rosa, o Luiz Carlos, a Maria Madalena, a Maristela e a Rosiane, Mais alguém gostaria de entrar no Ensino Fundamental? Só dizendo para quem é novo, não é obrigado, vocês que têm a disposição, porque a gente vai ter

reuniões, geralmente nossas reuniões são online, e aí a pessoa se coloca à disposição para isso, da Câmara da Educação Infantil, a Ana Lúcia, o Anderson, a Bárbara, a Leila, o Luiz Carlos, a Maria Madalena, a Marilza e a Stela, quem entra agora? A Carla, a Daniela, mais alguém? A Delma. E a Câmara de Normas e Planejamentos tem: Ana Lúcia, Anderson, Ângela, Caroline, Clicie, Dhebora, Fátima Cardoso, Luiz Carlos, Marinês, Marilza e Maria Madalena, alguém mais gostaria de entrar nessa? O Rodrigo. E a Câmara do Ensino Superior, Ana Lúcia, Carmen, Caroline, Fabiano, Luiz Carlos e Maria Madalena, alguém do Superior? Ok, é quando a gente, nós temos essa Câmara do Superior e só lembrando o que A doutora Clemem falou para nós, quando chegar as denúncias, ela passa pelo conselho, se chegar uma denúncia do ensino superior, a gente vai trazer isso para Câmara e daí fazer o encaminhamento para o Estado e ele vai ter que responder para nós, ele tem que acolher a denúncia, tem que fazer digamos, ver a situação e aí trazer de volta para o conselho, porque esse é o conselho do município, não é apenas das escolas municipais ou das particulares referentes à educação infantil, o Luiz estava comigo quando ela fez essa referência. Então, fizemos as inclusões e se mais alguém achar que deva ou não quer participar, converse conosco sempre, a gente sempre fala que não é bom ficar em todas as câmaras, mas ter o cuidado se você vai ficar uma ou duas para ver se você vai dar conta daquelas câmaras mesmo, né? Porque há outros trabalhos também.” Dando seguência a pauta, a Presidente Ana Lucia diz: “Nós temos alteração de calendário, temos duas solicitações de alteração de calendários.” O ofício nº022/2024 da Escola São Francisco de Assis é compartilhado em tela e a Presidente Ana Lucia faz a leitura: “Venho por meio dessa informar esse conselho que no dia 12/04, a professora Josélia terá que participar do processo de escolha de vaga para professores, porque ela vai assumir, então, depois assumirá o padrão, em virtude, ela passou no concurso, então ela foi fazer a escolha de vagas, como ela mora lá na região, é muito difícil dela vir para cá e ainda depois voltar para poder dar aula, a Escola Rural São Francisco de Assis, ela fica na região do Castelhana, é uns 40 minutos ou mais, né? Em virtude da distância e tempo, o deslocamento não temos como substituir, assim, os estudantes serão dispensados no dia 12 e atendidos em período integral no dia 11/04, garantindo assim a carga horária semanal. Então, eles foram atendidos de forma integral, no dia 11, para que no dia 12 ela pudesse participar, eles foram então dispensados para poder fazer a sua escolha de vaga e não tinha condições de vir e retornar para poder fazer o atendimento desses estudantes, a distância é muito grande, alguém contrário? Que a gente possa nessa situação, as escolas que são de zona rural e tem situações específicas, ela não entra como igual as demais, vai acontecer situações que nós vamos ter que deliberar especificamente, então neste caso, ela vai ficar com dois dias letivos no mesmo, a gente vai ter que fazer orientar para dar essa observação de como ela vai fazer esse registro, já que ela fez um atendimento integral, vamos ter que justificar isso para colocar esse registro e ele ser validado, porque geralmente não se coloca no mesmo dia, vamos ter que fazer usando a deliberação do conselho em relação a esse calendário.” A Conselheira Maristela pergunta: “Só por curiosidade, só tem uma professor nessa Escola? Ela é multiseriada né?” A Conselheira Rosiani responde: “Quanto ao número de estudantes que a São Francisco de Assis atende, exatamente o número, não sei te dizer, mas gira em torno de 13 a 15 crianças da Educação infantil, tem crianças do Pré-I, ao quinto ano, no sistema as turmas não são inseridas multi-seriadas, é inserida uma a uma, se o quinto ano tem um estudante, tem aberta a turma do quinto ano com um estudante, o registro como é feito no SERE, eu não sei como que a gente vai orientar bonitinho para ela fazer, é uma só professor, porque só ela que mora lá, ela não era concursada até o momento, ela era um cargo comissionado, por isso ela não tinha aquela questão de hora atividade e tal, era ela o tempo todo, e tem o

estagiário, um menino, e é isso que ela tinha até o momento, inclusive na escolha de vagas, está sendo aberto duas vagas para aquela unidade, para a gente tentar organizar isso, porque agora ela é concursada, ela tem que ter hora atividade, ela tem que ter alguns direitos ali.” A Presidente Ana Lucia pergunta: “Alguém contrário então, a escola São Francisco, podemos homologar, dar parecer favorável?” Os conselheiros concordam. A Presidente continua e faz a leitura do ofício nº 09/2024 da Escola Madre Paulina: “Prezada Senhora, vimos por meio deste solicitar a reposição da tarde de hoje, a qual foi dispensada a aula por motivo de falecimento da aluna Iorrana de Oliveira Dias, da EJA da tarde, onde os profissionais ficaram muito sentidos e foram participar do sepultamento. Pedimos ainda que essa reposição seja feita por atividades à distância. Nós geralmente fazemos, a gente acaba concordando, nós fazemos isso em relação aos profissionais, e até quando acontece com o aluno, não sei se a Clície quer falar mais alguma coisa, acho que é importante colocar sobre esta menina, a situação dessa menina, elas vieram conversar comigo e eu coloquei que sim, que poderia haver a dispensa.” A Conselheira Clície diz: “A Iorrana, ela estudou lá há bastante tempo e ela teve um ataque cardíaco, ela faleceu de ataque cardíaco, a família é lá do Nordeste, só tem a mãe, o pai e uma tia, elas foram até o velório de manhã e elas chegaram lá, só tinha a mãe, o pai e a tia, não tinha mais ninguém, aí a escola ficou muito triste, né? Elas iam fazer um rodízio para ir uma pessoa lá, mas eles ficaram muito tristes que não tinha ninguém no velório, daí a Cris pediu se poderia dispensar para que elas pudessem ir, a escola pudesse participar, os professores que trabalharam com ela todo esse tempo, e eles foram, fizeram a celebração, cantaram e foram até o sepultamento, e a família agradeceu imensamente, porque eles estavam sozinhos, ela tinha 16 anos.” A Presidente Ana Lucia pergunta: “Ok, então podemos aprovar que essa reposição seja feita de agilidade remota? Porque a gente pensa que essas situações são situações que a gente pode colocar como calamidade, né? A gente perder um aluno lá, pensa uma estudante em ter um ataque cardíaco, é realmente uma calamidade e acho que é importante que a escola faça essa homenagem, essa última homenagem e a consideração e respeito a esse estudante que estava, que era da escola, podemos deliberar dessa forma? Ok.” Nenhum Conselheiro se colocou contrário. Dando sequência a pauta a Presidente diz: “Nós fomos solicitados em relação ao calendário, nós fizemos uma solicitação para todas, assim como foi feito para o público, aqui para a Secretaria, a Secretaria fez o encaminhamento do calendário, incluindo o 20 de novembro, então, o que a secretaria fez? Ela acabou pegando um dia de reunião pedagógica nas unidades, colocou como aula para que a gente pudesse, ter o 20 de novembro, foi solicitado isso para as escolas particulares também eles estão fazendo todo esse encaminhamento para nós, como os calendários já foram homologados, quem está fazendo, e a nossa orientação foi, somente em relação ao 20 de novembro, a gente não tem essa preocupação que quem já tem só 200 dias, como foi o caso, por exemplo, do Bom Jesus, que só tinha os 200, ele fez um calendário fazendo uma inclusão de uma nova data, e de 200 dias eram pouquíssimos, então as escolas particulares já estão fazendo todos os encaminhamentos para nós, quem tem mais de 208, 209, nós temos até 212 dias letivos, porque eles querem atender as famílias, que hoje é uma necessidade porque os pais trabalham, orientamos para que não aumentem os dias, mas de que eles peguem um desses dias e coloquem como dia que possa ser dispensado esse 20 de novembro, só registre, e eles têm um argumento, porque caso a família possa entrar até no PROCON para cobrar, o governo federal aprovou essa data após a homologação dos calendários no final do ano, foi no dia 22 de dezembro quando foi aprovado o feriado nacional de 20 de novembro, nós ficamos com todo esse problema, a proposta que eu trago para vocês é para gente homologar todos os calendários que só fizeram essa alteração, mas existem unidades que estão pedindo outras

alterações só que quem tá pedindo outra alteração nós estamos pedindo justificativa, então essas eu vou precisar passar pelo conselho, e se não houver nenhum problema em relação àquelas que só colocaram o 20 de novembro sem precisar fazer qualquer outra alteração, a gente solicita que, se não houver problema, a gente possa homologar esses calendários colocando com a data de hoje, alguém contrário?” Nenhum Conselheiro se colocou contrário. A Presidente Ana Lucia diz: “Porque esses virão apenas colocando e pintando o 20 de novembro e diminuindo a quantidade de dias letivo, é só isso que eles estão fazendo, mas é necessário, porque isso vai, os pais precisam isso para o trabalho, eles podem precisar para qualquer outra situação, inclusive na questão das mensalidades, quando eles entram, os pais entram no PROCON, eles precisam ter, a gente vê unidades cobrando, preciso, você vai pedir, você vai solicitar, você pode fazer encaminhamento e nós encaminhamos para todas as unidades de ensino, ok? Então, acho que ficamos assim e talvez seja melhor em relação aos calendários.” Dando sequência próxima pauta, a Presidente Ana Lucia diz: “Temos uma solicitação de Parecer da SEMED sobre a normatização da avaliação diagnóstica do município que é a prova São José para regulamentar, a gente precisou fazer o documento oficial, encaminhamos para a Câmara, não veio sugestão, vamos regulamentar, ver o que a SEMED colocou, fazer o documento Parecer oficial colocando as posições e as orientações, mas a gente passa ainda e deve chamar vocês para uma reunião extraordinária, porque quando vem as orientações a gente precisa passar pela Câmara para ver se não tem outras sugestões além do que já foram colocadas, isso nós devemos fazer ainda se der certo a gente faz uma reunião extraordinária, mas daqui a 15 dias nós logo já teremos a nossa reunião ordinária e acredito que já vai dar certo.” O Conselheiro Anderson pergunta: “Existe alguma legislação, alguma referente a essa prova? Porque foi solicitado via o sistema e está sendo elaborado para que o próprio sistema que está sendo implantado dentro da Secretaria de Educação faça, que vai formatar, vai fazer essa prova, estão se organizando para que chegue até a Educação Fundamental que o sistema mesmo possa fazer, porque hoje é um trabalho mais ou menos de seis meses antes, acho que até bem mais, dependendo, e é uma gráfica, tem todo um processo, tem toda uma situação, existe uma legislação que, de repente, possa impedir? Porque a gente como está fazendo esse novo contrato agora, para que a gente possa também entender se vai precisar, de repente, de ter um documento preciso de algo de sistema que vai gerar essa prova, para não ter nenhum momento assim de falar, olha, não foi válido porque foi feito algo direto da Secretaria, vamos dizer assim.” A Presidente Ana Lucia diz que não conseguiu entender. A Conselheira Rosiani explica: “Quando começou a Tagnus, foi bem na época das primeiras aplicações da prova São José, antes era só uma atividade diagnóstica, depois foi evoluindo para a prova São José e tem um trabalho muito grande, principalmente do professor, na hora da correção e do lançamento dos dados, o primeiro pedido para a Tagnus foi se eles conseguiam fazer aquelas correções online, virtuais, para que não passasse o professor por todo aquele trabalho de correção e lançamento de dados, eles abriram para a gente que eles conseguem, inclusive, com um banco de questões, elaborados pela rede, fazer a formulação dessa prova e também a correção, então é nesse sentido, mas a prova não mudaria basicamente o formato, sairia do manual para o online, digamos assim, a impressão que daí eu não sei se ficaria para a execução online ou seria impressa do mesmo jeito para a correção daí ser por sistema e não manual, correção e lançamento de dados.” A Presidente Ana Lucia diz: “Não foi colocado nada, veio só apenas o ofício solicitando, não veio o encaminhamento, a minha preocupação é, quem vai elaborar?” A Conselheira Rosiani diz: “Isso, o pedido do parecer é para o que existe hoje, a Tagnus é um futuro, se possível, o que existe hoje, a elaboração é feita pelos técnicos da secretaria, certo? Eles elaboram

o departamento, o planejamento custeia a impressão, certo? E aí vai para a unidade, o professor aplica, corrige e lança os dados junto com o pedagógico para que a gente tenha a condição de tabular todos esses dados, a defesa da prova São José, que alguns podem estar se perguntando, mas existe prova Paraná? Existe prova Paraná? Existe Saeb? Existe. A prova São José, ela é dentro do que é proposto no nosso Referencial em São José dos Pinhais e traz dados daquilo que realmente é trabalhado pelo professor em sala de aula, porque o que vem de instâncias maiores é baseado na base, claro que o nosso currículo está ainda com uma base como referência, mas essa conversa bem com aquilo que o professor está trabalhando e todo o desenho da Secretaria de formação continuada de professores, de unidades que precisam de um atendimento mais especializado, in loco, da equipe da Secretaria, é feito em cima dos dados da própria São José, então ela orienta e nos ajuda a organizar o trabalho do departamento para as unidades com maiores necessidades.” A Presidente Ana Lucia diz: “São situações para a gente pensar, para colocar no próprio Parecer, que seja mas pensando que a prioridade é de quê? Se é dentro da realidade do município, não pode ser elaborado pelo sistema, tem que ser elaborado pelos técnicos, agora, na questão de que isso vai ser manual, se vai ser impresso, se vai ser... Acho que é uma decisão da própria secretaria, porque são situações para frente e como a Rosiane colocou, o município tem a sua lei do sistema e por ter a sua lei do sistema, ele pode fazer a adesão, ter o seu próprio, digamos assim, a sua própria prova, mas participa também da prova Paraná e não precisa necessariamente participar de todas, ele pode participar da primeira e da última para ver a questão da aprendizagem e eles respeitam, o Estado respeita, tem o regime de colaboração, mas ele respeita a autonomia dos municípios que tem sistema, nós temos municípios que não participam, mas eles tem que fazer todo um registro e depois ainda responder para o Ministério Público porque ele não está participando, tem todas essas demandas também que são colocadas nessas questões, então, da mesma forma faremos o documento, reuniremos, passar pela Câmara e depois passa pelo pleno para ver se tem mais algumas orientações.” Seguindo a pauta, a Presidente Ana Lucia diz: “Sobre os estudantes estrangeiros, também fizemos encaminhamento para a Câmara de Normas, para quem leu, viu as sugestões que o próprio departamento colocou, fazer um documento, essa seria uma deliberação mesmo sobre os estudantes estrangeiros da rede, nós já tínhamos apresentado na reunião anterior, acho que novembro, faremos o documento, para apresentar para a Câmara de Normas, para trazer para o Pleno também, no máximo para maio nós temos que fazer a aprovação ou não desses documentos que são necessários para a rede. O próximo encaminhamento é o parecer de crianças da Educação Infantil, nós continuamos recebendo documentos eu fiz uma fala, eu acho que foi, não lembro se foi quinta-feira da semana passada, com as Diretoras da Educação Infantil, pelo recebimento de documentos e foi falado para que as diretoras conversassem com as famílias antes de fazer o encaminhamento para o Conselho, do 0 ao 3, a Secretaria Municipal de Educação oferta o período integral, se a família quer, que não é o caso de crianças autistas, mas a família quer meio período, não temos como atendê-la, ela vai, então, dispor da vaga, ela pode ir para um ensino particular, ela pode ir para uma escola particular e essa vaga vai ser ofertada para quem está na lista de espera e quer período integral, não podemos ficar assim abrindo, ah, eu quero porque eu vou começar a trabalhar, eu estou procurando emprego, eu quero trabalhar na madrugada, meu filho vai ficar de manhã no CMEI para que eu possa dormir e aí à tarde eu vou ficar com ele para que a gente tenha uma convivência, a gente entende todas essas situações, mas a secretaria está ofertando período integral para o 0 a 3 anos, meio período é a partir do infantil IV, é uma situação que ainda cobram da Secretaria o Infantil IV período integral, ainda existe essa cobrança. Mas, neste

momento, é isso, eu falei uma, nós temos também uma professora que ela colocou que ela passou no concurso de Araucaria, ela é de São José, passou em Araucara, então ela quer que a filha fique no período que ela tá aqui em São José, ela fica no CMEI, daí ela vai pegar na hora do almoço, e vai levar com ela lá para Araucária e vai colocar numa escola particular, então, coloque integral no particular, ela pode pegar 7h, 7h30 da noite, porque ela diz que não dá tempo dela vir buscar no CMEI, porque fecha às 6h. A gente entende tudo isso, mas não tem como dispor, essas vagas precisam, eu conversei com um pai que veio conversar comigo, dizendo, olha, minha esposa vai ganhar bebê e tal, fiz todo um atendimento com ele e expliquei, foi falado para o senhor que se acontecer de dar o meio período como o senhor quer, tirar a sua filha 11 e meia, ela vai perder a vaga do integral para o ano que vem? Porque vai perder a vaga para o integral, você está solicitando meio período é porque não precisa do integral, ela vai perder o período integral, ele disse não, não pode ficar até umas 14 horas então, que é um período um pouco maior para atender, o mínimo é 7 horas do período integral, aí sim tem, a Sara falou que tem alguns pedidos para que cumpram sete horas e a partir das três possam ir buscar, até pelas famílias, conversando com o departamento ali e tem essa organização que eles possam até pegar desde que cumpram o mínimo de sete horas, aí é o próprio departamento que vai fazer essa verificação porque ele já cumpriu as sete horas, mas não tem gente como atender essas particularidades, se você entra num local, você tem que trabalhar oito horas, Ah, mas então eu vou trabalhar na hora do almoço para poder sair mais cedo e não cumprir aquele horário, não tem como, a gente tem que seguir regulamentos e se a gente abrir um regulamento de que o pai possa ficar só meio período com a criança depois, no ano que vem ele quer colocar de novo, eu disse para ele assim, tem uma fila de espera aí com mais de 4 mil crianças, você não tá precisando do integral, você tá precisando só do meio período, eu digo para o senhor, abra essa vaga para quem está desesperado, porque precisa muito e coloquem em outra escola, que seja o privado, não tem como a gente fazer esse atendimento.” O Conselheiro Luiz diz: “Eu só queria fazer um adendo, no sentido de que quando a gente fala de fazer a permissão e autorizar essas pessoas a saírem antes do horário determinado lá, a gente também acaba interferindo na questão do contrato lá da aquisição de vagas, por conta de que a gente trabalha em consonância com o que é feito nos CMEIs horário de entrada, horário de saída, então, mais próximo que as unidades tentam chegar próximo do CMEI, a gente tem feito, por conta dessa situação, até quando o pai vier pedir alguma coisa, reclamar, não, o CMEI funciona assim e é assim que vai funcionar, só peço assim, que a gente verifique essa questão, com cuidado, por conta de que, se a gente libera, e eles cumpram as 7 horas eu vou ter que diminuir a questão do valor financeiro lá, porque daí eu vou ter, não seria o atendimento integral no caso.” A Presidente Ana Lucia diz: “É integral, o mínimo é 7 horas.” O Conselheiro Luiz diz: “Hoje eles atendem até as 18h, segue exatamente o horário do CMEI, então, a gente diz, porque assim, da mesma forma que vem para o público...” A Presidente Ana Lucia diz: “Mas nós não estamos falando do particular, nós estamos falando das unidades públicas.” O Conselheiro Luiz diz: “Mas eu estou dizendo do programa que a Secretaria atende as crianças do Município da mesma forma que o CMEI faz, a diferença é que a escola contratada no programa de aquisição de vagas, ela se torna uma extensão do braço do município para atender essas famílias e uma vez que tem esse contrato, elas precisam estar lá no período todo que a escola recebe para que isso aconteça.” A Conselheira Leila diz: “Inclusive, a gente pede justificativa quando precisa sair.” O Conselheiro Luiz diz: “Que é bem raro, né, Leila? Que a gente só autoriza para que ele saia antes ou que ele venha não cumprir o horário antes das 18h, somente em casos de justificativa de médicos, eu só peço quando vocês forem analisar lá essa questão, verifique essa

questão da aquisição também, para que a gente não venha ter problema no contrato com as empresas que prestam serviço para nós na educação infantil no compra de vagas.” A Presidente Ana Lucia diz: “Acho que não ficou claro isso, é só das unidades públicas que eu estou falando, o particular se acontecer de algum pedido, eles vão ter que submeter ao conselho também.” O Conselheiro Luiz diz: “Eu vou falar de uma forma mais clara, a particular que estou falando é das 19 unidades que eu tenho no contrato de aquisição de vagas que hoje seguem o mesmo padrão do CMEI, são somente estas do compra de vagas, as demais não me importam nessa situação.” A Presidente Ana Lucia diz: “Mas mesmo que seja do compra de vagas, tem a questão do regimento e o contrato feito é para que eles tenham atendimento até as 18h, se a família resolver e pedir para cumprir só até as 15h, a Leila vai trazer essa demanda para cá para que a gente possa discutir também, porque tem o contrato e não vai se mexer, não sei como se mexe no contrato que foi fechado.” O Conselheiro Luiz diz: “Não mexe, eu só não pago o valor integral, eu pago para as unidades somente o serviço prestado, se prestou até às 18h, recebe, se não prestou, não recebe.” A Presidente Ana Lucia coloca: “Isso não pode, vai pedir o quê? meio período? não tem como, porque tem um contrato assinado lá e nunca chegou pra nós.” A Conselheira Carla diz: “Eu não tenho essa proximidade com os contratos, o que eu vou entender aqui? Se a lei traz o período integral compreendendo sete horas, isso no contrato não tem sete horas, é isso?” O Conselheiro Luiz pergunta: “Qual que é o horário do CMEI que entende como período de funcionamento?” A Conselheira Carla responde: “O mínimo é sete, vai até às dezoito.” A Conselheira Rosiani diz: “Eu acho que eu entendi aqui o questionamento do Luiz, eu fico ainda com a dúvida quando você diz que alguns pais estão questionando o que a lei diz do mínimo de sete horas, a lei diz, mas a gente tem que passar pela Divisão de Estrutura a permissão para funcionamento, por exemplo, a Ernestina, ela tá na mesma lei, o mínimo de sete horas, só que lá foi aprovado nove horas diárias, mesmo que a lei diga que é o mínimo de sete horas, o regime de funcionamento aprovado para Ernestina é de nove horas, eu não sei se nesse caso, mesmo a lei dizendo o mínimo é de sete, mas lá tá aprovado nove, se... Ah, eu vou seguir a lei que fala de sete, eu vou tirar com sete horas, eu não sei se isso pode, isso que é a minha dúvida.” A Presidente Ana Lucia responde: “Por isso que eu fui lá no departamento, conversei para ver, são crianças dos 0 a 3, tá? Não tá entrando aí, por exemplo, o infantil IV, que tem todo um processo do tempo integral, assim como nós temos as crianças do integral também, o que se foi colocado é, de acordo com... Eles vão conversar com o departamento, mas não é assim, ó. Ah, tá liberado todo mundo que quiser... Isso não existe, as suas particularidades é que vai ser visto lá no Departamento da Educação Infantil, juntamente com a equipe pedagógica, a direção da escola, para ver essa necessidade na questão das sete horas, também ficou claro, o que eu falei para esse pai? Não tem como você vir aqui reclamar que ele não tomou café, não jantou, ele não fez a janta, Ou, ele vem depois... Isso não existe, por que ainda a Sara falou assim, depois das 15 horas talvez seja até possível, porque ele aí já tomou café, porque ele queria sair duas horas, duas e meia, mas ainda falei assim, isso vai lá para a unidade para ser conversado, o departamento está fazendo essa verificação, para nós enquanto legislação ele está cumprindo as sete horas, aí especificamente ele vai para o departamento até porque se vocês lembrarem tem um pedido da educação infantil do ano passado no ofício para que essas especificidades fosse discutida no departamento aí eles vão fazer um acompanhamento lá para poder dispensar ou não essas crianças e vendo o caso, porque assim, o pai hoje ele quer porque a esposa tá grávida, daí ele tem uma criança, ele vai pegar a filha que ficou só meio período e daí ele quer pegar o outro, senão ele tem que ir toda hora na escola para buscar, a gente vai fazendo toda

uma fala, o ano que vem o senhor vai precisar do integral também para o bebê, porque a sua esposa trabalha, você está dispensando o integral também? Então, são algo que vocês têm que conversar, mas como é muito específico, não cabe ao conselho ficar discutindo essas especificidades e sim o departamento junto com a unidade, são especificidades que são de Escola ou de CMEI que seja, não para o conselho, mas sim que a própria Secretaria pode e ela fez esse pedido ano passado para que eles possam fazer e verificar essas situações, não estamos lá para verificar o que está acontecendo e aí já pensou a gente ficar chamando um por um lá, quem vai fazer esse atendimento?” A Conselheira Leila diz: “Até porque também, por exemplo, no CMEI o horário é até às 18h, mas a partir de 4h30, 4h40, as crianças já começam a ir embora, não ficam todas as crianças lá até às 18h, até porque tem essa situação também de quem vai buscar no municipal, as crianças saem às 5h, os pais não vão ir lá pegar o filho às 5h, ir para casa e voltar lá às 18h buscar lá na minha escola.” A Conselheira Carla diz: “Isso, horário parcial é até às 17h, o integral é que vai até as 18, o que nós temos são várias realidades, nós temos lá o educador, de 0 a 3, ele vai ficar até as 18 e o professor, dentro do quadro dele mesmo, o horário de trabalho dele vai até as 17, nós temos a realidade do parcial e do integral e isso dá uma discrepância para essa entrega da criança, são várias situações, daquele pai que eu participei como convidada de uma situação aqui no coletivo, de pensar nesse parcial, do 0 a 3 em especial, ou daquelas que precisam de atendimento todas as manhãs, por exemplo, e estar no enquadramento do integral, tem uma criança que tem três anos, ela tem vários atendimentos todas as manhãs em clínicas, ela tem esse direito, eu lembro que foi colocado em pauta, a Ana trouxe e a plenária também conversou, que esse é o entendimento, hoje o município compreende 0 a 3 no horário integral, mas a partir de 4 anos em diante é parcial, e aí tem essa diferença no momento que fecha o parcial, o parcial é somente até as 17 horas e tem uma outra questão também que na época eu coloquei que isso, eu não sei, eu acredito que a Ana ou os colegas que aqui tenham uma compreensão de território brasileiro como que isso é visto também enquanto parcial para o 0 a 3, mas aqui em São José não é visto assim, mas a gente não tem noção como que estão em outros espaços, porque quando a gente escuta os segmentos que olham pelo direito da criança, como que fica o direito da criança? O direito da criança de 0 a 3 há esse tempo parcial também, é uma outra questão que precisa ser aprofundada, mas eu não tenho esse conhecimento, a gente vem sentindo esse tensionamento, mesmo porque nós temos dentro de um movimento de mercado o terceiro período muito forte e as mulheres estão muito fortes trabalhando de madrugada também, isso é uma característica, dependendo do território do nosso município, talvez a gente tenha dados importantes, meu desejo de estar na Câmara, uma das motivações é realmente lançar uma pesquisa para entender como que se dão as mulheres mães que estão trabalhando à noite e de como elas trabalham sem família extensa e por onde ficam as crianças, mas isso com certeza é algo para trabalhar futuramente e desenvolver algum tipo de compreensão aqui no coletivo de pensar enquanto Município e território brasileiro.” A Presidente Ana Lucia diz: “Só para colocar, Carla, São José já teve o caso de termos meio período aqui, já aconteceu há alguns anos, a Marilza, ela sabe exatamente que isso aconteceu alguns anos atrás e esses pedidos me recaem todas as situações de que estão vendo a Educação Infantil como assistência, eu vou deixar só para aquele horário que eu preciso e depois eu não preciso mais, então eu vou levar embora e aí isso é assistência, é creche, como se fosse a creche.” O Cnselheiro Anderson diz: “Ana, só para, acho que para, até para os novos, né, talvez, a situação que o Luiz fala da questão do compra de vagas é porque a criança que é atendida numa escola particular através do programa de aquisição de vagas, ela é uma criança que até então ela deveria ser atendida por uma unidade pública, ela só não foi atendida pela unidade

pública devido não ter a vaga específica, se a mãe que foi encaminhada para o programa de aquisição de vagas, ela tem essa necessidade de repente de tentar pegar a criança com sete horas apenas de atendimento lá, três horas da tarde, ela vai procurar essa benfeitoria, vamos dizer assim, para ela, para que ela possa ter a criança lá, e é onde que o Luiz fala, que hoje o contrato não abraça isso, junto com as unidades particulares o que aconteceria é que a unidade ela vai perder, vamos dizer assim, a questão financeira, ou talvez não, mas não tem algo que diz no contrato, por isso, o meu entendimento é que, se caso isso for fechado legalmente, que seja pensado também na situação onde a criança está sendo atendida numa unidade particular devido a não ter a vaga na unidade pública, porque se ela sabe que o amigo, o sobrinho, o primo, o tio foi atendido por essa situação, ela vai procurar também a mesma oportunidade.” A Presidente Ana Lucia diz: “Mais uma vez vou colocar, não está aberto para o programa compra de vagas, a gente já discutiu isso, isso já apareceu que é para as unidades públicas em situações específicas que eles vão fazer esse levantamento, se acontecer alguém do compra de vagas, a própria unidade vai trazer para a Secretaria, a Secretaria vai ter que ir para vocês e vocês trazer para o Conselho, mas isso não vai acontecer porque tem um contrato, se a família insistir, ela vai perder, Já está respondido isso, ela vai entender, então não tem mais o que seja discutido em relação a isso.” O Conselheiro Luiz diz: “Só fechando isso mesmo que eu ia falar, Ana, a questão do requerimento foi justamente por conta dessa situação, só para analisar, pelo que eu entendi, realmente vai ser casos específicos que serão analisados pelo departamento, em conjunto com o Conselho Municipal de Educação, como são aquelas liberações que a gente faz de período, não período, de retenção, de não retenção, são casos que vão ser analisados, entendi, obrigado.” A Presidente Ana Lucia complementa: “Nem tanto pelo próprio conselho, até porque se já cumpriu a legalidade, eles, vendo com a unidade de ensino, se existe essa possibilidade de realmente liberar ou não, que foi um pedido da própria Secretaria de que especificamente ficasse por conta do Departamento de Educação Infantil para ver essas situações, é um pouco diferente do que, por exemplo, chega aquele que está pedindo meio período, aí é diferente, são casos que vamos ter que pensar, teve alguns casos, eu acabei passando para a Sara, a Sara ligou, conversou também e já resolveu, não tendo a necessidade de passar para o conselho, esse diálogo a gente tem, pode passar e o próprio departamento já resolve, porque na hora que você diz, vai perder a vaga, eles tiram pedidos, eles não querem mais, porque eles querem manter, que daí o ano que vem, não, não, então ele vai ficar, né? É nessas situações, tá bom?” A Presidente Ana Lucia dá sequência a próxima pauta, dizendo: “Esse caso vai para Câmara, é uma criança que está na Unidade particular e a mãe alega que ela foi matriculada na época, de forma antecipada, e agora ela foi para uma outra, trocou de unidade de ensino, está indo para o Estrela Guia, a mãe alega que foi matriculada na época de forma antecipada e agora a escola, que é a Estrela Guia, tá cobrando que ela fique matriculada corretamente e a mãe não quer voltar, dizendo que lá na época do parecer ela já estava na escola, estamos solicitando os documentos oficiais e ela não consegue esse documento oficial, só para dizer para vocês até, porque se por um acaso ela não trouxer, encerrou e não tem nem o que discutir, as questões de parecer de matrícula de 2018 para 2024, quem nasceu em 2018 e hoje nós estamos em 2024, as crianças estão com 8 anos, não tem mais nem o que discutir, não tem mais o porquê alegar que você estava matriculada lá naquela época porque é o que respaldava naquela época, hoje não tem mais, mas ela está indo para a câmara, a mãe está insistindo muito e geralmente tem uma questão de insistência, eu até fiz uma colocação para algumas pessoas que eu recebi um pai, as meninas estão de prova porque elas escutaram, acho que a Delma vai saber também, o pai queria matricular o seu filho, o bebê, ele queria que fosse para o infantil II, digamos que é o nosso, mas a

data corte dizia que ele era do infantil I, e aí ele veio, entrou na sala já dizendo que ele é uma pessoa de posses, de dinheiro, conhecido politicamente dentro do município e daí eu disse assim, que bom, eu também, politicamente, sou bastante conhecida e conheço bastante político, né, assim, para ele, então tá tudo, estamos parelho, eu disse assim pra ele, ó, né? Tá tudo certo. Daí ele fez, não tem, mas disseram que você pode dar uns jeitinhos, eu disse não posso dar jeitinho nenhum, eu sigo a lei. Mas eu sou um homem de muitas posses. Que bom, mas aqui é só seguindo a lei, porque se ele insistisse, eu iria chamar a guarda e ia mandar prender. Então ele chegou lá já querendo dizer, mas você não pode realmente daquele jeitinho, eu disse... Não tem jeitinho, se quiser... Com quem eu posso conversar? Talvez com o presidente do Conselho Nacional de Educação, que é a lei que vem lá de Brasília, falei assim, Neia, veja para mim o e-mail aí do Conselho Nacional de Educação, o contato, para ele entrar em contato e conversar. Tá bom, eu quero o endereço, mas você não pode dar um jeito? Não posso dar nenhum jeito, porque se fosse para dar jeito, a gente teria que dar um jeito para todos que já conversaram, mas é um dia que ele está... Um ou dois dias que ele estava... uma coisa assim, né? E daí eu falei assim, mas minha filha também passou por isso e não teve jeitinho. Tem que seguir a legislação e ela perdeu por três dias, e ficou... Aí assim, não tem como a gente mexer nisso. Ah, tá e tal, levantou. Então, se não tem jeito, você não tem nenhum papel, nada para me dar, eu disse só para dizer que vai ter que ser cumprida data corte lá na escola, porque a escola era a Escola Tradição, ele estava levando o seu filho para Escola Tradição e ele queria, os outros, o bebê no infantil 1, eles eram das fraldas e o filho dele já não tava mais com fralda, que não era justo, que não sei o quê e tal, né? Conversou, conversou, levantou, foi para porta voltou, sentou e disse, não tem mesmo como dar um jeito, eu conheço bastante gente, eu posso. Falei, então pai, já que você pode, você vai para escola, faz a matrícula do seu filho na etapa correta, que é o que diz a legislação, daqui é só essa palavra mesmo, eu sinto muito, não tenho como lhe ajudar, a gente segue a legislação o seu diálogo agora é lá com a unidade de ensino, não tem como dialogar mais aqui. Depois ele chegou na unidade de ensino, foi lá e disse, eu vim fazer a matrícula dele para o infantil II, porque a Ana Lúcia do Conselho disse que eu posso, daí ligaram para a estrutura, a escola ligou.” A Conselheira Delma complementa: “Na ocasião, a escola ligou para o Departamento, porque o pai foi e falou que a Ana Lucia tinha autorizado, a escola obviamente, ligou para confirmar e a gente começou a rir, porque sabíamos de todo o contexto e que não era possível, então, nós subimos, confirmamos com a Ana, a Ana confirmou a história.” A Presidente Ana Lucia comenta: “A Ana chegou assim, ó. Ana, ele falou isso, lá na escola, a escola ficou louca de bravo, eles ficaram bravos, e ela disse assim, eu vou saber, mas a Ana, eu duvido que ela falou isso, mas eu vou perguntar.” A Conselheira Delma diz: “Infelizmente, né. Ana, é muito comum as carteiradas.” A Presidente Ana Lucia diz: “Eles querem de algum jeito, e eu já falei assim, ó, às vezes a gente é um pouco lerda até entender, mas aí quando caiu a minha ficha, eu não tô acreditando que isso tá acontecendo.” A Conselheira Marillette diz: “Ana, não é diferente, eu acho que isso acontece em qualquer area, no Conselho fala que o NUDCAI que mandou, a Marillette do NUDCAI, eu falei, nossa, já tô ficando famosa já, no NUDCAI fala que o Conselho mandou, então, é uma carteirada que eles dão a todo momento, em qualquer lugar, na Escola, a Escola mandou a ficha de risco, no conselho, foi o conselho que contou quem mandou a ficha de risco. Então, o tempo todo é carteirada para cima e para baixo, é uma coisa muito chata, porque usam o nome da gente à torto e direita por aí, né?” A Presidente Ana Lucia concorda e diz: “Exatamente. Então, assim, para colocar para vocês que a gente recebe de tudo, né? E caiu, assim, como meio... Não tô acreditando, mas tá acontecendo isso e realmente, aconteceu. Esse, então, vai para Câmara da Educação Infantil, para

discutirmos, porque entra a questão até de data corte.” Seguindo para a próxima pauta, a Presidente Ana Lucia coloca sobre uma solicitação, que já foi analisado pelo Departamento de Educação Especial a mãe solicita que a filha frequente a turma do infantil III da Educação Infantil devido ao laudo e solicitação do profissional.” A Presidente Ana Lucia diz: “A criança pela idade seria do infantil IV, no laudo está colocado que a menor encontra-se em acompanhamento por transtornos de desenvolvimento, atraso de fala, motores, histórico de epilepsia em investigação ainda sem etiologia esclarecida, síndrome genética, necessita manter a estimulação precoce com terapias, fisioterapia motora duas vezes por semana, fonoaudiologia três vezes por semana e terapia ocupacional de Denver uma vez por semana, e aí por isso que veio essa solicitação para a criança frequentar o infantil III, ela estaria no IV, então ela viria para o infantil III, até pela etapa em que ela está e pela tabela, passou pelo departamento, então o departamento recebeu pela Divisão de Estrutura, nós encaminhamos para o Departamento de Inclusão e Educação Especial que a Clície colocou, está de acordo, e se não houver contrariedades podemos, então, aprovar porque essa criança, a gente não usa a palavra retenção, né? Mas que essa criança volte a frequentar, então, o infantil III.” A conselheira Maristela pergunta: “Ela já fez o Infantil I, II, III, tá entrando agora no CMEI? Não escutei ela já fez as outras etapas do CMEI, Ana? Ou tá entrando agora?” A Presidente Ana Lucia responde: “Ela é uma aluna do Legacy, só tem a tabela, mas não é dela, é referente ao nome dela.” A Conselheira Maristela pergunta: “E com todos esses atendimentos, no infantil III, é integral, né? É que a gente tava falando sobre isso, ela ficaria o dia todo na escola?” A Presidente Ana Lucia coloca: “Mas é escola particular, tem um parecer da Escola que até coloca: “A aluna passou por várias observações e avaliações por parte das professoras, coordenadora e diretora da unidade, desde o seu primeiro dia de aula, ainda na colônia de férias de janeiro desse mesmo ano, com alguns poucos dias de aula, notamos a dificuldade da aluna em acompanhar a turma do infantil IV, na época com três anos, principalmente na questão motora e no seguir comandos, a dificuldade de realizar pequenas ações dentro e fora de sala foram um maior alerta para o início da conversa com os pais, como mediadores, solicitarem à terapeuta ocupacional uma observação para essa possível contenção de turma, que consistia no ingresso da aluna na turma do infantil, três, dois anos. Alguns exemplos dessa atitude realizadas com dificuldade para menores são sentar e levantar da cadeira sozinha, segurar o lápis corretamente, pegar o item pedido pela professora, tomar água em copo sem tampa, entrar na fila, escovar os dedos sem auxílio, mesmo que de forma superficial, e dançar seguindo passos ensaiados.” A Conselheira Clície diz: “Só queria explicar que quando a gente lê o relatório, nos deixou bastante preocupado o atraso de desenvolvimento dessa criança e acredito que ela vai precisar de muita estimulação e se ela for, ela vai chegar no Pré II, ela terá uma lacuna muito grande das habilidades pré-editoras para a alfabetização, quando eu coloquei que a gente está ciente de acordo, que nós olhamos a vertente do desenvolvimento dela, hoje ela tem três anos, mas ela ainda está no desenvolvimento motor de um ano, um ano e meio, então ela tem uma defasagem muito grande, o nosso parecer foi favorável pensando nesse atraso do neurodesenvolvimento dessa criança.” A Conselheira Leila comenta: “Pelo que eles colocaram ali, ela entrou na escola esse ano, na colônia de férias.” O Conselheiro Anderson diz: “Ela já está matriculada no Infantil III.” A Presidente Ana Lucia diz: “Ela está no Infantil IV e eles estão solicitando que ela volte para o III.” O Conselheiro Anderson fala novamente: “Mas ali já parece que ela está matriculada, na outra ficha já está mostrando que ela está matriculada, então seria só para provar que ela continua no III.” A Presidente Ana Lucia diz: “Não, não é dele, é um quadro com o nome de criança, de outras crianças, tá? Entendeu? Ok?.” A Conselheira Carla diz: “Só para poder entender o quadro, essa

criança ela não tinha ido antes para nenhuma unidade do infantil, é isso?” A Conselheira Delma responde: “Eu não me recordo, eu não tenho certeza, mas eu acho que não, ela não frequentava outra escola antes, foi a primeira vez que ela foi, tanto que ela foi matriculada na turma da data corte correta e aí as professoras da escola perceberam essa dificuldade, que ela não estava se adequando àquela turma e até a própria mãe também percebeu, então, por isso que foi feita a solicitação, eles fizeram uma reunião com a equipe pedagógica da escola e pensaram nessa possibilidade do retorno.” A Presidente Ana Lucia diz: “Eu acredito que não também até pelo parecer que foi colocado, que eles começaram a observar desde a colônia de férias desse ano.” A Conselheira Carla continua: “Pois é, porque muitas vezes aparecem casos assim e a gente até sugere, né, de troca de unidade, porque muitas vezes pode ser que não se adequem realmente aos encaminhamentos.” A Presidente Ana Lucia diz: “Mas tem o laudo, o laudo que foi lido do especialista, de todos o atendimentos necessários para ela, por isso que a Educação Especial colocou como favorável, e pelo próprio laudo ela é uma criança que precisa desses atendimentos todos.” A Conselheira Clície complementa dizendo: “Ela tem um atraso de pelo menos 1 ano e meio de desenvolvimento.” O Conselheiro Anderson diz: “Eu não tive acesso aquela tabela, mas eu vou questionar que naquela tabela o último nome é ela porque a data de nascimento, 28/08 de 2020, Nascida em 28/08 de 2020, senão não teria o porquê da tabela aí, ela já está matriculada no infantil III, por isso que foi mandada para a Secretaria de Educação, foi justamente a Secretaria de Educação questionando porque ela estava fora da idade série. A Presidente Ana Lucia diz: “Eu vou te responder porque você trabalhou na Divisão de Estrutura, você sabe que esse início do ano, a Divisão de Estrutura tem que fazer o levantamento de todas as escolas e verificar se eles estão corretamente, na etapa correta, porque se eles não estiverem, o que foi registrado? Essas crianças que estão aqui, elas estão matriculadas aqui, mas a correta deveria ser aqui, então, é só com a autorização do Conselho que ela vai poder permanecer aqui, por isso que veio o pedido.” O Conselheiro Anderson diz: “O Meu questionamento era que hoje ela já está matriculada no III.” A Presidente Ana Lucia diz: “Pelo levantamento feito pela Divisão de Estrutura, sim.” A Conselheira Delma diz: “Eu até ajudei nessa parte da verificação porque a gente vai de escola em escola.” A Presidente Ana Lucia complementa: “Porque é um parecer do Conselho que diz que tem que fazer a verificação para não ter o problema de quando chegar para ir para o pré-I tem aquele pedido de, ah, mas ele foi antecipado lá na escola e tal, que é o caso que nós temos aqui de uma criança que a mãe tá reclamando que a outra escola matriculou, antecipou, e agora ela não quer que a criança fique, digamos, refaça de novo o infantil III e não possa ir para o infantil IV.” A Conselheira Delma diz: “Isso serve também como filtro, né, Ana, porque, por Exemplo, às vezes o pai quer e a Diretora não quer perder também, e acaba matriculando, porque as vezes passa mesmo batido, a secretária lá pode deixar passar.” A Presidente Ana Lucia diz: “E como é de 2021 esse parecer e a gente começou todo esse trabalho em 2022, a Carol começou esse processo, né Carol? Lá quando a Carol estava na divisão 2021, né? E nós começamos e os casos eram muito grandes, né? Hoje já melhorou muito, então o que eles estão fazendo? Eles verificam, aí foi feita a verificação e a unidade tem que vir fazer a solicitação nesse caso específico, senão, tem casos que nem chega para o Conselho, eles voltam e tem que fazer mesmo.” O Conselheiro Anderson diz: “Eu só questionei a situação realmente que ela não vai sair do IV e ir para o III, ela vai continuar aonde ela já estava, só vai legalizar onde ela já está.” O Conselheiro Adriano pergunta: “A minha dúvida é quanto esse Parecer, se essa autorização para ela permanecer no III, valeria para uma Unidade Municipal, porque ela tem um laudo de Educação Especial, né? Então, se amanhã essa mãe quiser tirar essa

criança e matricular no meu CMEI, ela tem a vaga garantida compulsória, e se ela trouxer essa decisão do Conselho, ela vai matricular no III, e não no IV, onde é meio período e se ela for para a compra de vaga, ela vai usar uma vaga de integral e não a vaga de meio período.” A Presidente Ana Lucia responde: “Exatamente, segue o Parecer do conselho, e nós temos casos das unidades públicas que também, se tiver um laudo, é o que está respaldando.” A Presidente Ana Lucia pergunta: “Alguém contrário, então, que essa criança permaneça no Infantil III?” A Conselheira Carla coloca: “Eu preciso seguir adiante com a não retenção na Educação Infantil, respeitarei totalmente o voto dos colegas, mas a não retenção na educação infantil, ela é primordial, independente do seu laudo, do seu quadro, eu preciso acreditar numa política inclusiva e parceira que atenda todos os lados dessa criança, que a gente possa descartar qualquer das hipóteses de que ela não tenha a chance de estar com seus pares na sua idade, na sua sala, na sua turma, independente do laudo que ela tiver.” A Presidente Ana Lucia pergunta: “Tá, então você tá se colocando como contrário?” A Conselheira Carla confirma: “sim, contrário” A Conselheira Valdelíria diz: “Eu também me coloco ao contrário, porque a escola mesmo que seja particular, ela tem que colocar um professor especialista, então, eu me coloco contrária, eu sei que São José tem um total respeito ao regime próprio, mas eu advenho de uma avaliação que se respeita a idade, o quadro cronológico da lei, e que a escola, mesmo que ela esteja no ensino particular, tem que ter ou o profissional de apoio ou o professor de apoio, acho que vai abrir uma jurisprudência aí, como ela falou, somos duas, a gente respeita, mas dentro da escola especial pode ser até em algum período de avanço, mas não retrocesso, eu também me coloco junto à colega.” A Conselheira Clície diz: “A Legacy não é uma escola especial e a menina não tem laudo diagnóstico de deficiência intelectual nem leve nem moderada, ela tem atraso de desenvolvimento, neurodesenvolvimento, mas espera, só tem uma questão ela tem um atraso de neurodesenvolvimento, mas ela não foi avaliada para dizer se ela tem deficiência intelectual ou não, mas se eu não estimular essa criança, lá no futuro ela pode ter um laudo de deficiência intelectual e na escola não se faz terapia, a escola é escola, escolarização, ela pode ter um profissional de apoio, mas não vai fazer terapia de estimulação do que ela precisa, então eu penso assim, da outra vez não discuti isso, eu tenho assim algumas controvérsias com relação a a criança permanecer na mesma turma, mas eu prefiro pecar pelo excesso do que pela falta, acredito assim, se ela estiver com seus pares, ótimo, mas ela tem um atraso de um ano e meio, então se ela tiver com os pares mais avançados ou mesmo um par menos avançado, para ela o estímulo vai ser o mesmo, acredito que, analisando essas possibilidades a gente tem que pensar se essa criança vai dentro de uma escola particular, que a gente sabe como é o sistema de uma escola particular, que é diferente em muitos casos da escola pública, que lá eles trabalham com conteúdo, se essa criança vai se apropriar, se ela estiver no infantil IV ou no pré I, se isso vai ser benéfico para ela ou não e pensando em estruturas cognitivas, uma lacuna que fica vai trazer dificuldades para as crianças o resto da vida, ela vai lá para a avaliação, né, Fátima?” A Presidente Ana Lucia diz: “Carla, eu discordo de algumas questões quando falam da Educação Infantil, porque parece um pouco de rigor quando se fala como se trata que todas as crianças são iguais, quando se fala assim, não existe retenção na Educação Infantil, a Rita Coelho, que é a maior especialista, você sabe, na questão da Educação Infantil, onde eu fui mediadora o ano passado, uma vez em que ela estava, foi feita essa pergunta e ela disse, depende como é vista e depende como vocês veem lá no teu município, porque é claro que não existe retenção, reprovação na educação infantil, porque tem trabalho, a criança está tendo uma continuidade das atividades, se ela não está conseguindo, ela não vai avançar, mas ela não está reprovando, ela só não está avançando porque ela não teve todo o

trabalho que é necessário e que deveria ser feito na etapa em que ela está. Por isso que eu penso assim, a gente tem que reavaliar a questão de que: Ó Não existe retenção da educação infantil! Então, se está falando isso, eu entendo que está dizendo que ninguém pode ser reprovado, assim que eu entendo, e aí parece algo muito como se fosse obrigatório e todo mundo entra todos na mesma caixinha e não é porque a gente precisa rever alguns casos e nesse caso a gente está fazendo um olhar diferenciado para uma criança que não está tendo acompanhamento e se ela avançar, ela também pode ter dificuldades e aí que não vão voltar, que é aquele caso que quando a gente é pedagogo, lá a criança não aprendeu, não teve alfabetização correta, vamos dizer assim, que ainda tem casos que acontecem no município vizinho, vamos dizer que é um município vizinho, mas que também acontece da criança chegar lá no quinto ano e ela não estar alfabetizada, por quê? Porque se o município usa, não existe reprovação então ela tem que ir aprovando, aprovando, aprovando, ela vai aprovando e chega no quinto ano essa criança, às vezes, vem pra nós não alfabetizada e a gente tem que dar conta da alfabetização dessas crianças, sabemos que isso acontece sim, quando se trabalha apenas com os ciclos e nosso aqui é seriado, no caso agora anual, mas é um seriado e nós temos a questão da reprovação, mas nós temos municípios da região que não tem e aí chega a criança lá... que não foi alfabetizada e por mais argumentos, ah, o município não usa dessa forma, não reprova, não reprova, tem que passar, tem que passar e vem toda uma equipe dizendo que tem que passar porque tem que passar e a criança é passada, o que estamos tentando resgatar aqui, que essa criança tenha o melhor atendimento, quando a educação especial, a inclusão, diz que ela tem um atraso de pelo menos um ano e meio, se ela vai lá para o infantil IV, ele vai aumentar esse atraso, eu penso assim, porque ela não teve atendimento correto para essa etapa em que ela está.” A Conselheira Carla diz: “Eu preciso trazer de que por muito tempo eu fiz parte do MIEB Feipar, aonde a companheira Rita fundadora, há um mês atrás, trouxe essa discussão da não retenção da educação infantil em audiência pública, na qual eu consegui ainda socializar no grupo do Conselho, exatamente há um mês atrás então, não sei, não assisti essa fala dela, mas dentro da lógica da Educação Infantil, realmente é não retenção, para que a gente possa dar todos os subsídios necessários a essa criança, esteja na série, no ano, na modalidade que ela estiver na educação infantil, visando o direito dela, buscando sim os apoios necessários a ela, mas não somente cobrando das escolas, mas também cobrando da família, eu vejo um equívocos realmente dentro desse pensamento de segurar crianças da Educação Infantil, misturado com exemplos do ensino fundamenta, nós precisamos começar a separar a realidade da Educação Infantil com o Ensino Fundamental e confiar mais as políticas da inclusão cobrando das escolas particulares ou não, ou das tentativas que essas famílias já fizeram ou não, de adequacies, existem terapias, existem centros que podem dar esse suporte, esse apoio à própria estimulação dessa criança, nós temos o CAEP no município, por exemplo, esse é um dos exemplos, eu preciso acreditar de que a gente, enquanto segmento que olha por esse município como um todo, olhe pelo direito da criança e o direito da criança é que ela esteja com seus pares na sua idade.” A Conselheira Evelyn diz: “Mas agora eu colocando como uma mãe de uma criança que tem dois anos, dois para três anos, sabendo que a minha filha está com atraso de desenvolvimento, com as crianças da mesma idade dela, que bom que essa mãe prestou atenção, não é só essa questão de, ah, mas ela precisa estar com a idade, não adianta ela estar com a idade dela se ela não está correndo dentro do ciclo de desenvolvimento igual, vai vir o parecer do colega com o desenvolvimento comum daquela idade e o dela com atraso, como fica isso para a família? A culpa nem sempre é da família, na maioria das vezes, não é da família, que bom que a família foi atrás de um atendimento adequado, mas não tem essa questão

só da idade eu ficaria muito chateada sabendo que a minha filha está com atraso e a Escola não prestou essa atenção e esse atendimento para mim, falaram, não, sua filha atrasa junto tá lá, minha filha está com dois anos hoje, todos os coleguinhas ali sabem identificar certas coisas comum para idade dela e ela não, e tá tudo bem, ela vai continuar nesse fluxo, só porque ela tem que se manter dentro da classe? Eu não concordo.” A Conselheira Carla diz: “Mas não é manter somente, é pelo direito dela ser estimulada mesmo com a criança na idade dela, é isso gente, é acreditar que ela pode ter outras terapias, outras possibilidades que ajudem ela a ir, estimular essa criança, não é puni-la, não é segurá-la, mas é dar o suporte necessário, essa criança está gritando por um outro suporte, que a escola ainda não tentou, pelo jeito ou que, de repente, não houve uma adequação à unidade, a gente não se adequa, às vezes, os filhos da gente não se adequam à unidade X, mas se adequam à unidade Y, essa é a busca que a gente precisa ter também, de identidade desse indivíduo nos lugares, mas como a colega aqui comentou, ela passou mal, ela não estava bem, mas nós nem conversamos sobre isso, nem sabia do posicionamento dela, mas eu convido mesmo a todos os presentes para a gente pensar nisso, a maioria decidindo está decidido, mas eu preciso levantar essa mão e dizer e acreditar que de cada criança pode ser estimulada, a neuroplasticidade está aí para isso, hoje existem muito mais meios então, é por isso que eu continuo com esse posicionamento, provocando, inclusive, os presentes aqui a pensar nisso.” A Conselheira Domingas de Fátima pede a fala e diz: “Eu acredito realmente na equidade, e não na igualdade, equidade é você dar o direito da criança no tempo dela, nem sempre isso está baseado na idade, então essa criança precisa, nesse momento de coisas abaixo da idade etária, esse é o direito dela é o desenvolvimento dela, e se eu nesse momento, não estimular esse desenvolvimento que não foi, eu vou ter problemas mais tarde e eu trabalho na educação especial e sei disso.” A Conselheira Leila diz: “Ana, ali é um pedido da escola, da família e do médico, não é um pedido isolado da escola” A Presidente Ana Lucia diz: “Ok. Então, ficamos com a Carla e a Valdeliria com voto contrário, mais alguém? Alguma abstenção?” Ninguém se manifesta, a Presidente Ana Lucia passa para o próximo assunto da pauta, dizendo: “Nós temos sobre uma criança que nós discutimos na primeira reunião ordinária, que é uma criança da Escola Francisco Xavier, em que a mãe solicitou, a família solicitou, com todos os laudos que ela tinha, a criança com o problema de um câncer, vocês vão lembrar, e que a mãe solicitou que ela pudesse frequentar o primeiro ano, porque ela foi matriculada no primeiro ano, mas ela não frequentou, ela praticamente ficou no hospital todo o período do primeiro ano, o Conselho aprovou e foi colocado para escola, a escola matriculou a criança nesse meio tempo quando veio o pedido da mãe para nós, porque ele chegou para nós em fevereiro e a escola, por vários outros problemas, a escola matriculou essa criança no segundo ano, tá? E ela foi matriculada no segundo ano, a menina já estaria frequentando o segundo ano, quando a direção foi passar para mãe, que ela deveria, né, que veio o resultado e nós passamos o resultado, a mãe daí chorou, se preocupou e disse, ela já está no segundo ano e frequentando porque a escola matriculou e fez com que ela fosse para o segundo ano, o que eu fiz? Chamei a mãe para ouvir da mãe o que aconteceu nesse período e aí ela colocou, olha, foi dito que ela tinha que ir para o segundo ano e que ela iria para o segundo ano, essa criança foi para o segundo ano, ela trouxe a menina junto e a mãe está solicitando, então, que ela permanecesse no segundo ano porque ela fez toda uma adaptação com os mesmos amigos que ela iniciou no ano em que apareceu o câncer, e ela mãe sabe disso, que se esse segundo ano tem a reprovação ela tem as dificuldades, nós estamos fazendo todos os atendimentos necessários, mas para que ela tenha, se socialize e tenha os seus colegas junto, ela não quer ir para o primeiro ano, ela quer permanecer neste segundo ano, eu também conversei com a menina e a

menina disse que queria muito ficar junto com os meus amigos, né? Independente da questão da aprendizagem, ela também veio o que eu trouxe para nós aqui? Eu preciso revogar o parecer, dizendo que ela poderia frequentar o primeiro ano, permanecer no primeiro ano, porque ela não estaria apta, digamos assim, ou uma questão de que ela não frequentou, ela não frequentou praticamente o primeiro ano, ela ficou o tempo todo no hospital, que foi o pedido da mãe, a mãe solicitou isso para nós, só que demorou para chegar para o conselho, porque ela fez um pedido, ela fez na prefeitura, mas a mãe fez quando? Quando já estava encerrando as aulas, tem todo esse período aí que ficou sem, a escola colocou que ela tinha que, por enquanto, aguardar e aguardar no segundo ano, ela está tendo algumas dificuldades para acompanhar, outras não, a escola está dando suporte, a mãe está levando nos atendimentos e também está atendendo, ela tem o direito de ficar no segundo ano, isso é incontestável porque se seguir a questão do que ela tem, ela tem esse direito, o que eu preciso trazer aqui para vocês é a revogação do parecer, porque a gente colocou que ela poderia permanecer no primeiro ano, e aí, claro que a gente faz uma fala de que por isso que precisa muito de que as unidades, quando encaminharem para o conselho conversem com seus departamentos e quando tomar a decisão de que ela tem que ir para o segundo ano lá na escola, antes de fazer isso, ela também converse com o departamento porque já tinha toda uma fala do departamento, com o conselho, todo o encaminhamento e aí, o que aconteceu? A direção falhou, é isso que eu venho dizer pra vocês, que falhou e a mãe fez várias reclamações, mas o que eu preciso, neste momento, é revogar, se ninguém for contrário, podemos revogar o parecer?” A COnselleira Cicie diz: “Não foi só com o Departamento de Ensino Fundamental que a direção tratou, a gente cuidou desse caso por dois meses, orientando a direção da escola como ela deveria proceder, mas eu dou até risada.” A Presidente Ana Lucia diz: “E aí, claro que a mãe fez todas as reclamações referentes, o quanto foi difícil para ela e quando eu falo assim, para o departamento ou para o departamento, o que envolve é vir para a secretaria e tentar, pelo menos, resolver junto.” A Conselleira Rosiani diz: “Esse é um caso clássico de algumas pessoas que precisam ter um papel na mão para poder seguir alguma coisa, né? Então, não tinha um papel escrito que podia ficar no primeiro ano e mesmo conversando, foi fazendo ao contrário, porque faltava o papel, infelizmente foi isso.” A Presidente Ana Lucia complementa dizendo que na verdade o que falta é respeito aos setores, em seguida passa para a próxima pauta informando que o Conselho recebeu da Secretaria, a resposta ao Ministério Público em relação ao transporte, o Conselho solicitou para ter conhecimento da resposta dada pela Secretaria ao Ministério Público, em relação ao transporte, em seguida pede para a Conselleira Marilza, Presidente do Fundeb, fazer o relato da resposta e coloca que: “Nós não podemos compartilhar isso aqui em anexo, tá? Eu não tenho essa autorização, portanto, a gente vai colocar e se alguém quiser ler essa resposta, vem até o conselho e a gente mostra o documento para vocês terem conhecimento, ok?” A COnselleira Marilza diz: “O conselho do Fundeb solicitou também a Divisão de transporte e nós recebemos numa reunião extraordinária, o Julio foi também, a Ângela, o Everaldo e o José, que estiveram conosco, eles apresentaram para nós também essa resposta desses encaminhamentos, mas também apresentaram para nós algumas outras questões que fomos perguntando, o que a gente entendeu? A divisão de transporte está tomando todas as medidas cabíveis para sanar todas as situações, tem vários encaminhamentos que eles estão fazendo, inclusive algumas situações lá das crianças aguardando da Escola Madre Paulina, tem algumas questões relacionadas ao transporte escolar que também atende a rede estadual, rota compartilhada, e tem algumas questões que eles apresentaram mesmo com dificuldade em relação a isso. Então, tem duas coisas, as rotas compartilhadas com o Estado, que

tem um problema em relação ao Colégio Tiradentes e as nossas crianças do Ensino Fundamental em uma rota única e também as questões do ônibus, aquelas denúncias que foram encaminhadas pelos vereadores ao Ministério Público, algumas questões que eles estão acompanhando bem de perto a gente sentiu um esforço gigantesco do transporte escolar em sanar todas as situações e de novo, o que apareceu bem forte para nós é que o Estado não cumpre a parte dele em fazer o repasse de forma adequada nessas rotas que são compartilhadas, são duas questões e em relação às denúncias lá do Madre, de corda, de cinto, tem a questão das cadeirinhas também e que eles também pediram, isso não é colocado na licitação que tenha que vir com o cinto pela quantidade de cadeirinhas, a gente que tem filho pequeno sabe que as cadeirinhas, cada uma delas tem uma forma de fixação, em algum momento, eles acabaram usando aquelas cordas para segurar a cadeirinha, não era para segurar a criança, eles já pediram essas adequações, inclusive, da colocação de cinto nessas rotas, onde precisa fixar as cadeirinhas de diferentes formas, nós sentimos a preocupação da divisão de transporte e da secretaria no sentido de adequar tudo isso para atender isso que foi colocado lá, porque a gente sabe que a denúncia sempre tem uma dose de querer mostrar aquilo que está inadequado e isso também tem relação com as licitações também, quando faz não é daquela forma ali, não dá para contabilizar quantas cadeirinhas serão colocadas naquele ônibus daquela rota pelas matrículas, né Clície?” A Conselheira Clície afirma, todo dia tem procura de matrícula, durante o ano tem mais de 40, 50, 60 crianças ou estudantes para colocar de rotas das mais variadas possíveis.” A Conselheira Marilza diz: “Só para acalmar um pouco o coração, a gente até falou isso, entender que tem um esforço e tem uma situação emergencial, né, Angela? para atender as crianças que estão no aguardo também do atendimento do transporte da Educação Especial também.” O Conselheiro Julio diz: “Eu não sei se aqui seria, de repente, o local ideal, uma dificuldade que a gente no transporte escolar é com a legislação, não temos amparo, a gente tem que ficar atendendo porta a porta, isso é muito complicado para fazer uma gestão do processo, se tivesse uma legislação onde definisse, onde a gente pudesse traçar uma rota, um roteiro específico, a gente teria como controlar o horário, teria como controlar a questão de quantidade desses deficientes que necessitam do transporte, essa seria a maior dificuldade, não sei se a gente conseguiria alguma forma de criar uma legislação específica para o transporte escolar, definindo regras, como é que a coisa tem que acontecer, vocês falaram aqui de pais vindo... Eu dou risada, porque a pessoa tem que andar 200 metros, ela vai lá pedir o transporte para parar na porta dela, por “n” motivos, Ai, que eu não posso, meu pai, isso aqui... Então, fica muito difícil para a gente fazer essa gestão, não sei se a gente conseguiria alguma coisa com a Câmara dos vereadores, alguma coisa para que a gente conseguisse uma legislação específica para o transporte escolar, de repente modelos de Curitiba, do estado do Paraná, devem ter, não tem como conseguir atender de forma eficiente o transporte escolar no modelo que esta, o objetivo meu, desde que eu entrei, era acabar com o contrato emergencial, impossível, nesse modelo, impossível, não tem como fazer gestão daquilo, é complicado, nós estamos agora terminando a contratação emergencial de 10 roteiros, zeramos a fila, falei para o Zé ainda. Não, já tem fila, já tem gente esperando, quer dizer, a gente vai fazer esse emergencial e já tem aluno esperando para inclusão, isso só do especial, né? É bem complicado, não sei se a gente conseguiria de alguma forma, eu sou novo aqui, tô chegando, tô tentando me interar de como as coisas funcionam, mas é uma oportunidade, né? Já fui citado até no transporte, mas é uma oportunidade.” A Presidente Ana Lucia responde: “Primeiramente teria que ver com o Comitê de transporte, porque tem um comitê, então não tem como a gente fazer sem ouvir o comitê, pode sair uma resolução, uma deliberação do conselho? Até pode, mas com algumas questões referentes a

isso, mas tem que passar primeiro pelo comitê de transporte porque ele não pode deliberar, fazer uma resolução, uma deliberação, ele não pode, ele vai só discutir, eu fui tentando entender pelo pessoal do estado como que isso acontece, né? Porque aí o município ele tem o seu sistema e aí quem tem que se adaptar a nós é o estado e não nós aos estados, isso entra em todas as questões, mas aí isso vai envolver, tem que discutir, a Secretaria tem que ver o que realmente ela quer levar para o comitê de transporte, a gente pode ir dialogando para pensar no que poderia fazer, a questão de legislação daí seria algo maior, né? E aí eu vou dizer para você como entra a questão de atender aluno do estado, é mais complicado, uma legislação nossa talvez, mas quando se tem algo, por exemplo, nós queremos colocar alguns regulamentos e a gente não tem o respaldo para colocar, isso é mais fácil? Porque aí a gente consegue colocar, por exemplo, para o Estado que eles têm que seguir essas regras porque o município tem o seu sistema próprio, algumas regras a gente consegue, outras a gente vai ter dificuldade, por isso que eu digo assim, primeiro tem que, sei lá, ver bem dentro da secretaria, aí vendo o comitê de transporte para poder chegar a esse diálogo até aqui, por exemplo, no conselho municipal, ok?” A Conselheira Marilette diz: “Ana, a gente fez essa conversa com o transporte, fiz com a Clicie, porque começou a chegar a cobrança da gente no NUDCAI, com relação à falta dos alunos na Educação Especial devido à questão do transporte e numa conversa com o transporte, com a Clicie, e também depois com o Xina, a gente fez esse debate da questão de se rever realmente às leis do transporte e da educação no município, porque a educação especial de Curitiba, hoje, ela existe regras para que os pais consigam colocar a criança no transporte, uma delas é a renda, Então, assim, eu ainda conversei, o Xina falou, pelo amor de Deus, não vem falar isso para mim agora que esse ano é meio complicado, realmente, é um ano bem complicado da gente fazer esse levantamento e começar a pensar, mas é algo que o município precisa prever isso a longo prazo, porque ele não está mais dando conta, aí acontece o que aconteceu no Madre, por exemplo, que ficou essa questão bem preocupante, eu acho que realmente tem que se pensar em leis para que isso não chegue numa situação pior, porque vai chegar, vai chegar.” Dando sequência a pauta, a Presidente Ana Lucia diz: “Ok. Podemos passar adiante, só para apresentar para vocês, que saiu então no dia 2 de abril a tabela, digamos assim, organização do curso para gestores e o nome dos inscritos, das pessoas que estão inscritas para fazer o curso, nós tivemos o quarto módulo, mas ainda estamos com problema com a questão de frequência, porque a gente vê que a frequência está diminuindo, mesmo a gente alertando que só poderá passar pelo processo eleitoral quem participar do curso e isso é uma legislação que não foi inventada aqui por nós, tá? Ela é uma legislação federal, tá? E isso envolve, está lá na lei do FUNDEB, tá? E aí teve alteração na nossa legislação em relação a isso, ok?” A Conselheira Maristela pergunta se haverá mais inscrições. A Presidente Ana Lucia responde que não, foram abertas inscrições no ano passado e esse ano abriu mais um período de inscrição e encerrou. A Conselheira Carla diz: “Eu só não queria perder o link da fala mesmo, do pessoal do NUDCAI dessa preocupação com o especial e também com o infantil dentro dos obrigatórios, das modalidades obrigatórias também, né? Enquanto o direito da criança, quando pensar e for se debruçar mesmo a legislação do transporte, do transporte público para a nossa educação, pensar também na Educação Infantil obrigatória.” Passando para a última pauta, sobre correspondências recebidas, a Presidente diz: “Nós recebemos no dia 3 de abril, quais são os Conselheiros indicados pela Secretaria, a gente fez o caminhamento e já saiu as nomeações. Recebemos da Divisão de Estrutura referente ao sistema de administração de educação que pede as nomenclaturas necessárias para o município, por exemplo, o que é colégio, o que é escola, o que é CMEI, essa diferenciação, então ela está solicitando que saia uma deliberação aqui, porque o Estado

pede, porque senão tem que seguir o que diz o Estado e nem sempre ele acaba atendendo a realidade do município, então vai para a Câmara de Normas. Aí eu já comentei que o infantil solicitou a preliminar do referencial, retornou então ao departamento, quando já vindo para análise para nós. Nós tivemos no final do mês de março, a Clície nos representou lá no evento do seminário, feito pela Comissão das Pessoas com Deficiência e Direitos Humanos, era o convite da Semana Mundial de Conscientização do Autismo. A Clície fez a representação do conselho e ela me falou a decepção de ver que não tinha quase ninguém, né?” A Conselheira Clície diz: “Acho que tinha umas 30 pessoas, era um Seminário na Câmara, que foi organizado pelo vereador Silvio Santo, e veio um Neurologista fazer uma palestra, tinha umas 30 pessoas, mais ou menos, pouquíssimas pessoas.” A Presidente Ana Lucia diz: “Também foi encaminhada pelo senador Flávio Arns uma cartilha de matrículas na Educação Especial do Fundeb, do Censo Escolar de 2024, nós passamos para Secretaria e para o Conselho do Fundeb, fizemos o encaminhamento dessa cartilha que nós recebemos enquanto Conselho Municipal de Educação. Nós vamos ter o Encontro Estadual da UNCME, vai ser em Araucária, vai acontecer do dia 6 a 8 de maio, é uma segunda, começando no período do meio-dia, encerrando ao meio-dia do dia 8, entre meio-dia e uma hora e teremos as mesas que vão discutir a Sistema Nacional e o Sistema Municipal de Educação, Conselhos e Sistemas Municipais de Educação, importância e necessidade, a gente pegou esse tema, estamos vendo com o Conselho Estadual, Secretaria de Educação, UNDIME, a Associação dos Municípios e a UNCME, é um grande debate que nós vamos fazer, porque o Estado, nosso Estado, em relação ao sistema é o pior do Brasil e aí a coisa se agravou, eu fiquei sabendo que eu não estava lá em Brasília e foi feito um fórum dos conselhos, aí teve as representações da UNCME que foram, eu não participo mais porque eu não sou mais a vice, e começaram a discutir sobre o Paraná porque era em relação à Educação Integral, a reclamação dos municípios que não têm sistema, começaram a dizer que não estavam fazendo adesão aqui no Paraná, porque estava sendo pedido uma deliberação do Conselho, uma normativa e se o Município não tem, seguiria a do Conselho Estadual do Paraná, o Conselho Estadual do Paraná fez uma geral, mas não especificando, claro, as características de cada município e é claro que daí a bomba estourou lá, quando questionaram o Presidente do Conselho que ele estava, eles falaram que ele foi extremamente grosseiro, mal educado e falou que fora os 22 municípios que tem sistema, o resto tem que obedecer a gente e encerrou o assunto, vão seguir aquela deliberação e pronto. Aí a coisa estourou, ficou muito pior ainda quando ele fez essa fala. Então o que aconteceu? O Ministério da Educação agora está intervindo em relação ao Paraná, quando me chamaram para uma conversa, eu fiquei extremamente chateada, porque fica parecendo que eu não fiz nada, desde que eu entrei em 2017, eu consegui... Eram 16 municípios com sistema, agora cheguei para o 23, semana que vem é o lançamento de Maringá e eu fui convidada pelo prefeito para estar lá junto do lançamento do sistema do município a gente faz todo o encaminhamento, só que é difícil, eu disse assim, aqui é vontade política, antes de Maringá sair a lei, quando foi lá em 2019, quando eu fui chegaram a dizer, essa Ana Lúcia não pode entrar aqui dentro de Maringá, porque ela só fala de sistema e nós não queremos sistema e era da família do Ricardo Barros que eles, politicamente, mandam em Maringá, mas aí as coisas foram caminhando, caminhando, caminhando e o prefeito então ouviu e entendeu, né? Passou a pandemia, eles viram que eles tinham necessidade de ter autonomia e agora com outras questões que chegaram, a Secretária nova que ele colocou o ano passado, ela entendeu que sim e eles então tem o sistema, daquela que não queriam que eu fosse lá, agora estou indo, mas agora entra essas questões, mas vai ter que melhorar, só que o Ministério da Educação fez um alerta muito grande à UNCME,

que independente de ter ou não um sistema, se tiver na lei que o Conselho é um órgão normativo, esse conselho faz a deliberação e não precisa do conselho estadual, eu comecei a fazer o levantamento, enquanto UNCME para os conselhos, e pelo meu levantamento nós temos muito mais, mais de 50% de conselhos que são normativos, que colocaram na sua lei, mas por que eles colocaram na sua lei? Porque é só copia e cola nesse Estado, eles colocaram lá sem saber exatamente o que o Conselho faz e só tem cinco municípios realmente que não tem Conselho Municipal de Educação, os demais, até na lei orgânica, eu fui encontrando, encaminhando para a Prefeitura e para a Secretaria, eu preciso da nomeação desses conselheiros para ser encaminhado para o Tribunal de Contas, e o Tribunal de Contas está junto, a UNCME não entra sozinha, o Tribunal de Contas tá junto. Não, mas eu não tenho. Tem sim, a sua lei tá dizendo... Fica criado o Conselho Municipal de Educação nessa lei orgânica, dependendo apenas do decreto com os membros, então tem que fazer, eles acharam que tinha que fazer uma lei específica para o Conselho. Precisa, o nosso foi dessa forma, levou muitos anos até a gente conseguir a lei que saiu em 2018, mas o Conselho foi criado na lei orgânica de 92, ela foi revogada para 2010 mas o conselho foi criado lá e desde aquela época ele deveria ter um funcionamento, é por isso que a gente vem nessa discussão que ela vai ser grande e o presidente da UNCME vem para fazer esse debate. Aí os programas do Governo Federal, do qual a Educação em Tempo Integral, Educação Conectada, Criança Alfabetizada no estado do Paraná, vai vir a vice da região sul fazer essa fala, porque ela tá acompanhando isso lá no MEC, e apresentar também como é que está no nosso Paraná, a Educação Municipal de Araucária, que vai fazer a apresentação, vamos falar sobre a CONAE, a Avaliação dos Planos, a posse da diretoria da UNCME no Paraná, A criação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação do Paraná e da região sul, vai ter fala então do pessoal do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná e a mesa 6, que são as limitações no período eleitoral e o papel dos Conselhos como órgãos fiscalizadores, vem uma pessoa do Tribunal de Contas para fazer essa fala, o que pode e o que não pode fazer no período eleitoral e como que os conselhos podem acompanhar isso, eles querem muito que os conselhos estejam acompanhando, principalmente o Tribunal de Contas e o Tribunal Regional Eleitoral. E aí, o seminário do dia seguinte, vai ser um seminário de meio período, e depois a gente pretende continuar de forma online, falando sobre o Fundeb, então, os desafios do monitoramento e fiscalização do Fundeb, como o maior forte de financiamento de Educação Pública do Brasil, vem o responsável pelo Fundeb do MEC, só falta a confirmação, O ICMS Educação, do Paraná, o Fundeb, seus condicionantes, Implicações CACS Fundeb, VAT, VAR e VAF, que é o professor Jacir, então ele tem outras novidades, ele é da Associação dos Municípios e da CIDEPAR, então ele ficou responsável por essa fala e a mesa 13, que é sobre os sistemas do CACS Fundeb, fiscalização e acompanhamento, folha de pagamento, SIOPE, que é a representante da UNCME, Diretora do Programa de Financiamentos, e ela vai fazer uma fala também, algumas orientações aos conselhos explicando como é que faz a leitura da fonte de pagamento, quando se pede para o Fundeb, o Conselho do Fundeb pede para a Secretaria, como é que eles podem fazer para acompanhar, e a questão do SIOPE, então, esse é o encontro, a gente está fazendo a solicitação do transporte, que é a única coisa que a gente precisa para poder ir até Araucária, até a cidade, uns 40 minutos, de 30 a 40 minutos, mas esta universidade, a Unifacear, fica bem no meio, fica na estrada, então ela não é tão distante para poder chegar lá em Araucária, Araucária se colocou à disposição para nos dar essa parceria junto com o Conselho e a Secretaria de Educação precisamos que vocês, pelo menos até sexta-feira, nos informem por causa do transporte, para nos organizarmos, vamos fazer essa solicitação pela Secretaria, vamos ver se a gente consegue

esse micro-ônibus, até essa sexta-feira, amanhã. Eu até coloquei lá na segunda-feira que era naquela data, mas verifiquem a possibilidade, segunda à tarde, terça o dia todo e quarta meio período, ok? E acho que é isso. Foi encaminhada a ata para os Conselheiros que estavam presentes na reunião passada, não foi enviado nenhum questionamento, podemos aprová-la? Então, ata aprovada! Obrigada. Mais alguma coisa? Se alguém tiver interesse em fazer a sua camiseta do Conselho, procurem a Madalena tá lá no grupo cuidando dessa parte, quem quiser fazer da UNCME também, da UNCME ela é cor de laranja, que é a cor da UNCME e vai a logo da UNCME escrito Paraná atrás, precisamos disso até sexta-feira também para poder ficar pronta para o dia do evento lá em Araucária, certo?” A Conselheira Stela diz: “Pessoal, a gente tem um café ali no sexto andar, tá?” Nada mais havendo para ser tratado, a 3ª reunião ordinária é encerrada.

Eu, Valdinéia Santos de Lima, lavrei a presente ata e será assinada pelo Secretário Geral, Luiz Carlos Costa da Silva e pela Presidente Ana Lucia Rodrigues.

